

A T A S

1 **Ata da 358ª sessão (Ordinária) da Congregação, realizada aos 22/06/2017, no Salão Nobre**
2 **da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP - sala 145 - Prédio da**
3 **Administração, sob a presidência de Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda,**
4 **Diretora da Faculdade e com a presença dos membros:** Adriana Pereira Matos, Adriane da
5 Silva Duarte, Alvaro de Vita, Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, Ana Paula Torres Megiani,
6 André Vitor Singer, Andreas Attila de Wolinsk Miklos, Antonio Carlos Colangelo, Beatriz
7 Raposo de Medeiros, Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron, Edelcio Gonçalves de Souza,
8 Esmeralda Vailati Negrão, Evani de Carvalho Viotti, Everaldo de Oliveira Andrade, Gabriel
9 Delatin de Toledo, Gabriela Macedo Pereira de Souza, Gabriela Pellegrino Soares, Guilherme
10 Akira Nishio, Helmut Paul Erich Galle, Heloisa B. Albuquerque Costa, Igor Moraes Barros de
11 Azevedo, Iris Kantor, João Carlos Borghi Nascimento Bruder, João Paulo Candia Veiga, Jorge
12 Mattos Brito de Almeida, Julio Cesar Magalhães de Oliveira, Laiza Santana Oliveira, Lenita
13 Maria Rimoli Esteves, Luciana Raccanello Storto, Luís César Guimarães Oliva, Luiz Sergio
14 Repa, Mamede Mustafa Jarouche, Manoel Mourivaldo Santiago Almeida, Marcio Ferreira da
15 Silva, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Maria Elisa Siqueira Silva, Marília Mendes
16 Ferreira, Marilza de Oliveira, Mario Ramos Francisco Junior, Mary Anne Junqueira, Max Luiz
17 Gimenes, Mona Mohamad Hawi, Oliver Tolle, Patrícia Sayuri Tanabe Galvão, Paulo Martins,
18 Raquel Santana Santos, Rosangela Sarteschi, Rosely de Fatima Silva, Ruy Gomes Braga Neto,
19 Safa Alferd Abou Chahla Jubran, Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos, Sheila Vieira de
20 Camargo Grillo, Tercio Loureiro Redondo, Thais Rodrigues Bueno da Silva, Valeria De
21 Marco. **Como assessores atuaram:** Eliana Bento da Silva Amatuzzi Barros, Ismaerino de
22 Castro Junior, Juliana Maria Costa, Leonice Maria Silva de Farias, Maria das Graças Ribeiro
23 dos Santos, Rosângela Duarte Vicente. **Diretora:** “Boa tarde, quero cumprimentar aos
24 presentes, agradecer pela presença e dar início à Congregação da Faculdade de Filosofia de
25 Letras e Ciências Humanas. Hoje nós temos uma pauta muito relevante e muito importante a
26 meu juízo. Nós temos algumas novidades, uma delas é o nosso relógio de controle do tempo.
27 Em princípio cada manifestação deverá ser de 5min, é claro que não estamos no Conselho
28 Universitário (CO), estamos na nossa Faculdade e as coisas não são exatamente assim
29 rigorosas, ainda bem. As nossas Congregações por vezes acabam não podendo enfrentar certos
30 assuntos muito relevantes, como este – que é o item 1 da ordem do dia, sobre a avaliação do
31 impacto do Sisu e de ações afirmativas na Faculdade –, porque temos expedientes que levam 3
32 horas. Então sem querer, de maneira nenhuma, cortar a palavra de ninguém, julguei que nós
33 pudéssemos ter uma divisão isonômica do tempo. Quero dizer também que o expediente está
34 no fim, dada a importância desta pauta e assim que entrarmos na Ordem do Dia a votação para

A T A S

35 as bancas já estará aberta. Antes de mais nada eu quero comunicar a esta Congregação um
36 acontecimento que muito lamento, que é o pedido de transferência da Leonice para o Instituto
37 de Biociências. Eu concordei depois de alguma resistência, porque eu julgo que é um direito do
38 funcionário pedir para que possa se mover para outra instituição. Segundo a informação da Leo,
39 ela já havia tentado isso nas duas gestões anteriores, e eu conversei com ela algumas vezes, mas
40 finalmente percebi que seria uma violência contra ela própria se não concordasse. E não é
41 muito meu estilo de direção, eu respeito muito e tenho tentado fazer isso, e o Paulo também:
42 nós estamos sempre muito atentos às manifestações de todos e às manifestações do corpo
43 administrativo da Faculdade. Então eu queria publicamente agradecer à Leo pelo trabalho,
44 queria em nome da Diretoria e da Faculdade, fazer uma homenagem a ela oferecendo uma das
45 flores da minha predileção: uma orquídea branca. Muito obrigada.” **Sra. Leonice Maria Silva**
46 **de Farias**: “Boa tarde a todos. Eu não esperava esta linda homenagem, estou bem
47 sensibilizada. Obrigada, Profa. Maria Arminda e Prof. Paulo Martins, pelo carinho que
48 demonstraram. É muito gratificante e eu não tenho palavras para dizer o que eu estou sentindo
49 agora. Eu tinha até feito um texto bem curto, porque é a minha última Congregação aqui na
50 Faculdade de Filosofia, então eu vou ler rapidamente, para não tomar o tempo, porque há
51 muitos assuntos importantes a serem discutidos aqui. E eu quero então, nesta oportunidade,
52 dizer que é a última Congregação que eu participo e que estou indo para o Instituto de
53 Biociências no próximo dia 26. Eu quero agradecer pela oportunidade de desenvolvimento
54 profissional e pessoal que esta Faculdade me proporcionou nesses últimos 31 anos. Eu entrei na
55 Faculdade eu tinha 19, então vivi muito mais aqui do que fora da Faculdade. Sempre amei o
56 que eu faço e a Faculdade também. Foram vários anos, muitas histórias, um grande
57 aprendizado. Mudar exige coragem, sair da zona de conforto também, mas entendo que as
58 mudanças fazem parte da vida, tudo muda, tudo evolui. Encerro aqui a minha passagem pela
59 Faculdade. Levo comigo o que foi bom, tudo o que me fez crescer, eu cresci muito na
60 Faculdade. Aos meus amigos, colegas, professores, funcionários e alunos, que aqui deixo de
61 conviver no dia a dia - que isso é um fato -, vou sentir muitas saudades, mas de alguma forma
62 estarão em um lugarzinho aqui no meu coração. Aos meus colaboradores, que foram tantos
63 nesses anos, eu agradeço muito, sem eles nada seria possível. Ninguém faz nada sozinho, todos
64 sabem disso. Obrigada a cada um de vocês, àqueles que não estão aqui, que de alguma forma
65 fez parte da minha jornada aqui na Faculdade de Filosofia. O que eu posso dizer é muito
66 obrigada. Muito obrigada mesmo.” À fala segue uma salva de palmas. **Diretora**: “Eu tenho
67 alguns assuntos no expediente, mas antes de passar a eles, hoje nós temos uma convidada aqui
68 na nossa Congregação, a minha colega de departamento, a Profa. Márcia Lima, a quem eu

A T A S

69 agradeço muitíssimo a presença. Eu solicitei à Profa. Márcia, que tem uma pesquisa a respeito
70 das ações afirmativas na Universidade, que viesse falar para esta Congregação. Como também
71 solicitamos - o Prof. Paulo, eu e o Prof. André - à Profa. Maria Helena Machado que fizesse um
72 texto a respeito dessas questões. O texto está aí, nós vamos tratar dele. E a Profa. Márcia pediu
73 que ela trouxesse as doutorandas dela, do programa de pós-graduação em Antropologia Social,
74 que são: Jacqueline Moraes Teixeira, Yara de Cássia Alves e Talita Lazarin Dalbo. Então eu
75 peço licença para esta Congregação para que elas participarem como ouvintes e que
76 eventualmente esclarecessem questões da pesquisa que a Profa. Márcia vai fazer com a
77 participação delas. Antes de passar ao item 1 da Ordem do Dia, eu queria dizer algumas coisas
78 a esta Congregação. A primeira coisa é que a Direção está pensando sobre fazer congregações
79 temáticas. Esta é uma congregação que está voltada às políticas afirmativas e às discussões de
80 cotas na Faculdade. Na outra pretendemos tratar de algumas questões de assédio, as questões da
81 violência nos prédios da Faculdade, das questões, enfim, dos ruídos que povoam os nossos
82 espaços. E também a questão do desaparecimento de equipamentos. Esta semana mesmo,
83 novos equipamentos desapareceram. A Faculdade, vocês sabem, tem se empenhado muitíssimo
84 em construir espaços dignos para as nossas atividades. Não desconhecemos, eu não
85 desconheço, que nada disso é suficiente, há um déficit enorme de espaços na Faculdade de
86 Filosofia, há também muita dificuldade em relação aos equipamentos, mas que nós pudéssemos
87 pelo menos chegar a ter algumas condições mais decentes, para que estudantes, professores e
88 funcionários pudessem estar nos nossos espaços. Vocês sabem, inclusive, que a sala da
89 Diretoria não está neste prédio por enquanto, por causa da reforma do teto da parte da Diretoria,
90 que depois se estenderá para o conjunto, porque há poucos meses a Eliana me mostrou que caiu
91 o teto do estúdio da Comunicação Social. Então temos chuva aqui dentro, o teto está caindo, eu
92 já solicitei várias vezes à Superintendência do Espaço Físico (SEF), fiz algumas reuniões, isso
93 sem falar na Juliana, que é nossa assistente de administração, e no Alexandre, que é o nosso
94 engenheiro e cuida diretamente disso, e os outros funcionários que têm ajudado. Enfim, nem o
95 muro que estava aqui cercado, e que estava para cair, foi arrumado. Portanto, a iniciativa que
96 nós tomamos foi que a Diretoria separasse uma parte do orçamento para fazer algum restauro.
97 Dentre os prédios da Faculdade, o mais antigo é o da Geografia e História, sem falar que é um
98 patrimônio arquitetônico notável. Eu costumo dizer que aquele prédio é muito mais bonito que
99 o da FAU, porque o arquiteto conseguiu o feito de misturar o brutalismo de Artigas com as
100 curvas de Niemeyer. Então o prédio que tem as piores condições é o da Geografia e História,
101 depois o da administração, que é o segundo mais antigo. O da administração, o restauro não
102 demanda muito recurso, ele já está em processo, vocês viram. Tenho gostado muito de ficar lá

A T A S

103 na Biblioteca, não sei se o Paulo tem gostado, porque ele esteve um tempo fora. O meu sonho
104 seria que a Direção não ficasse tão distante dos complexos didáticos, porque a toda hora eu saio
105 da sala, vou em um prédio, vou em outro; vou a pé, não fica distante, fica muito vivo, mas não
106 é esse o espaço da Faculdade, toda parte da administração e da diretoria fica distante dos
107 conjuntos didáticos. Então o segundo prédio mais difícil é este da administração. O telhado da
108 Biblioteca teve um problema com chuva, choveu no Lapel, no laboratório das Letras e molhou
109 os equipamentos. Já se tomou uma atitude quanto a isso, inclusive na Biblioteca chove no setor
110 de obras raras, para vocês terem uma ideia. Também se tomou uma atitude. Aqui nós estamos
111 tomando atitudes, não só com todos esses corredores, mas também com o telhado, por conta da
112 Faculdade. O prédio das Ciências Sociais e Filosofia também precisa de intervenção, o que não
113 quer dizer que nas Letras não se precise, mas internamente é o prédio em melhores condições,
114 ainda que eu possa dizer que os professores não tem sala. Não desconheço nada disso. A
115 verdade é que a restauração do prédio da História é muito dispendiosa, uma restauração integral
116 fica em R\$7.000.000,00. E a cada novo evento fica mais caro. Eu havia decidido juntamente ao
117 Paulo e à equipe que faz a avaliação, que faríamos alguma obra emergencial – que até se
118 começou – e que a Faculdade poria o que tinha guardado do orçamento passado – mais de
119 R\$1.000.000,00. Mas nos últimos tempos isso já não é mais o suficiente, porque o prédio da
120 Geografia e História é um prédio submetido a uma ocupação muito complicada. Preciso dizer,
121 para ir direto ao ponto, que houve uma festa organizada há 15 dias no prédio, na qual, segundo
122 avaliação, havia 1.200 pessoas. Desapareceu a cadeira de rodas e parece que a Atlética vai
123 reembolsar. É claro que me importam os equipamentos, porque a Faculdade gasta em torno de
124 R\$500.000,00 por ano, só para repor equipamentos que desaparecem e para restaurar espaços
125 que são depredados, mas o que importa realmente é a simbologia disso. É a simbologia disso,
126 porque isso é um instrumento de direito de quem precisa dele, em uma Faculdade de Filosofia.
127 Isso eu reputo da maior gravidade. Mais complexo ainda, é a ocupação do chamado ‘bazar’, no
128 prédio da Geografia e História. Aquela feira, na qual uma senhora faz uma convocatória via
129 *Facebook* para que as pessoas venham vender – de bebidas a sanduiches, e roupas, etc. Eu
130 cheguei a ir sozinha, no dia em que foi convocado, havia 3.000 confirmados no evento do
131 *Facebook*, e quando passei pela feira uma das expositoras falou: ‘Aceito vários cartões de
132 crédito’. Essa organizadora nunca sentou em um banco da Universidade de São Paulo e ela
133 ganha por cada banca que expõe. Eu falei que não podia fazer isso, que isso era ocupação
134 indevida de espaço público de um complexo didático. Então houve uma mobilização por
135 *Facebook*, deles junto a um grupo de estudantes, e para que eu impedisse que isso acontecesse,
136 que eu teria que chamar a força policial e eu não faria isso. Nessa feira os toaletes do térreo do

A T A S

137 prédio da Geografia e História, dois dias depois estavam totalmente entupidos e era algo
138 indescritível. E aí aconteceu a grande festa de aproximadamente 1.000 participantes. Acontece
139 que, esta semana, eu recebi uma denúncia da ouvidoria e uma carta da Geografia. Há uma
140 notificação da Superintendência sobre a festa de 15 dias atrás, assinada pelo superintendente da
141 segurança e pelo chefe operacional e os termos são os seguintes: ‘A equipe da guarda
142 universitária, através de seus agentes, monitorou mais um evento festivo nas dependências da
143 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Evento não autorizado’. Eu não tenho feito
144 esse comunicado ‘não autorizado’ – é claro que todo evento tem que ser autorizado, tem uma
145 portaria sobre isso, essa semana eu vi e mandei trazer a portaria – por quê? Porque se você não
146 autoriza e ele se realiza, você fica em uma situação, você tem que reprimir. Se você não vai
147 reprimir, você não pode dizer que não autorizou. Esse evento começou com um público de
148 1.000 pessoas, tinha venda e consumo de bebidas alcóolicas, presença de vendedores
149 ambulantes irregulares comercializando bebidas alcóolicas, contratação de seguranças da
150 empresa xeque-mate – eu não sei de onde saíram esses recursos. A maior parte dos presentes
151 entrou no campus através de transporte público, que não pode passar por triagem. Não houve
152 nenhum contato com o organizador do evento. Ocorreram roubos, não só o da cadeira de rodas,
153 até o final do plantão ainda havia 300 pessoas no local. As fotografias estão aqui. E o que
154 aconteceu esta semana foi o seguinte: um evento programado, com a participação e convivência
155 do DCE, e de coletivos que organizaram o evento, que é a segunda edição da ‘Virada Cultural:
156 Por que a USP não tem cotas?’ A verdade, é que eu fiquei sabendo do evento eram umas seis
157 da tarde na segunda-feira, ele aconteceria na terça-feira. Conversei com os dois estudantes do
158 DCE, porque ele aconteceria nesse espaço que chamam de ágora, mas eles diziam que iria
159 chover e haviam decidido transferir o evento para o prédio da Geografia e de História, com
160 shows musicais. O que eu fiz? Eu falei: ‘Não se trata de dizer que não pode, não estou entrando
161 no mérito do evento. O problema é que aquilo é um espaço didático, tema aulas e tem provas, e
162 são dois dias de evento’. Então conversei muito com os estudantes e falei que se o evento fosse
163 acontecer por mais tempo a Faculdade poderia contratar uma cobertura, para cobrir o espaço e
164 realizariam o evento lá. Seria uma espécie de tenda, é claro que a Faculdade despenderia
165 recursos. Nós ficamos tentando resolver isso, mas em um determinado momento eu me dei
166 conta de que a Faculdade não poderia interferir em um espaço que não era dela, a não ser que
167 ela tivesse autorização. Todos os diretores são responsáveis pelos espaços internos, tudo que é
168 externo é da prefeitura. A prefeitura não tem nenhuma ingerência nos prédios, a
169 responsabilidade é direta do diretor. Então eu liguei para a Reitoria e pedi a autorização, depois
170 de muito tempo a resposta que veio foi: ‘Para realizar esse tipo de evento, a autorização precisa

A T A S

171 ser pedida com antecedência'. Então eu vi a portaria, que é uma portaria de um tempo atrás. E
172 depois, para que isso acontecesse, não dava mais tempo para contratar nada. Eu me dispus a
173 fazer isso, conversei muito com os estudantes, não dava mais tempo, a não ser que eles
174 adiassem, mas não quiseram adiar. O evento ocorreu. E quando fui conversar com a Reitoria
175 para pedir a autorização disseram, delicadamente, que há uma semana havíamos tido uma
176 grande festa sem autorização, porque agora teríamos que pedir? As aulas foram canceladas no
177 diurno e no noturno, ontem, e no noturno no dia 20, mas houve funcionamento porque eu tive
178 reclamação do prédio de Ciências Sociais e Filosofia, que não deu para dar aula no dia 20 à
179 noite por causa do ruído. E chegou até mim, hoje, o comunicado: 'O Conselho do
180 Departamento de Geografia (DG) reunido no dia 21.06, deliberou pela suspensão das atividades
181 acadêmicas, na data de hoje, no período diurno e noturno, por causa da impossibilidade de
182 desenvolvimento das atividades'. O comunicado da ouvidoria diz o seguinte: 'Ontem no dia
183 20.06.2017, ocorreu no prédio da Geografia e História um evento absolutamente deplorável,
184 um show no meio do pátio com direito a churrasco e tudo, no início da noite, bem no horário
185 das aulas e com diversos laboratórios em funcionamento. A fumaça se propagou pelo edifício,
186 o barulho impossibilitou qualquer tipo de estudo, trabalho ou aulas, além da enorme baderna,
187 uma festa não autorizada. Não é a primeira vez que isso ocorre. Antes isso ocorria apenas às
188 sextas-feiras, mas agora isso pode acontecer a qualquer dia da semana. Peço, por favor, que
189 vossas senhorias cobrem uma providência das respectivas chefias, do diretor da unidade, bem
190 como da guarda universitária. O ambiente de estudos do prédio da Geografia e História está
191 ameaçado. Não gostaria de ter que divulgar isso na imprensa, mas já não consigo estudar mais
192 naquele local. Caso não haja uma providência urgente, serei obrigado a fazer uma denúncia na
193 imprensa'. A ouvidoria me mandou isso e eu estou passando para a Congregação, eles
194 receberam e a ouvidoria me escreveu para comunicar. Eu não tenho mais condições de me
195 responsabilizar por isso. Mandei refazer o orçamento do prédio da Geografia e História, ele
196 agora é mais caro, a Faculdade não tem mais condições de fazer. Queria dizer para vocês que
197 eu lamento muito. O que tem de recursos para isso será para este prédio, para a Biblioteca, para
198 o prédio das Ciências Sociais e Filosofia, porque não tem mais saída. A cada vez que isso
199 ocorre, aquele orçamento inicial que era de R\$2.000.000,00 cresce. Acontece também com o
200 funcionamento do LEMAD, porque a questão do ruído não se resolveu. A outra coisa é o
201 número de projetores que desapareceram nas últimas semanas. A decisão do CTA tomada na
202 última sessão, à qual não pude comparecer, foi que se fizesse um orçamento entre aumentar a
203 segurança da chamada 'Albatroz', ou colocar câmeras em 42 laboratórios e salas com
204 equipamentos, para vermos o montante de recursos. O montante está aqui. Quero dizer para

A T A S

205 vocês que a Faculdade é o terceiro orçamento de segurança da USP. O primeiro é o MAC, por
206 causa das obras de arte, o segundo é a Reitoria e a Faculdade gasta do seu orçamento
207 R\$1.600.000,00 com segurança. O que nós recebemos, por causa do volume desse orçamento, é
208 R\$3.800.000,00 aproximadamente. Esse é o nosso orçamento e R\$500.000,00 deles vai para
209 reposição desaparecimento de equipamentos e agressões ao espaço. Se nós pusermos câmeras
210 nas portas, o que já tinha sido decidido, dos 42 laboratórios e salas com equipamentos, nós
211 pagaríamos uma vez, tirando manutenção, R\$38.600,00. Se ampliarmos os quadros de
212 segurança, a Faculdade gastaria por mês mais R\$281.870,00. Eu decidi que as câmeras serão
213 colocadas nas portas dos laboratórios e salas com equipamentos. Na semana passada,
214 equipamentos do prédio das Letras, na retrasada, do prédio das Ciências Sociais e Filosofia e na
215 outra semana, no prédio da Geografia e História. Então eu quero comunicar a esta Congregação
216 que, conforme decisão do CTA, que era o levantamento de gastos, nós teremos câmeras nas
217 portas dos laboratórios e das salas com equipamentos. Porque a Faculdade não tem condições
218 de gastar por mês, quase R\$300.000,00 a mais com segurança, o que, aliás, não adianta. Então
219 essa decisão foi tomada. Hoje eu assumo a responsabilidade por ela. Isto posto, vamos para um
220 assunto mais leve. Há uma solicitação que eu recebi do Museu Paulista, mas eu tenho que falar
221 para esta Congregação. O Museu Paulista pediu o nosso apoio para indicar o nome do Prof.
222 Ulpiano Bezerra de Meneses ao Prêmio USP Trajetória pela Inovação. É claro que eu tenho
223 toda a disposição de apoiar, mas nós temos condições de indicar mais nomes, e eu quero
224 consultar esta Congregação se acha por bem apoiar, ou se quer indicar mais alguém para este
225 prêmio. Nós ainda temos tempo para tomar esta decisão, só estou comunicando
226 antecipadamente. Quero dizer outra coisa, para nós irmos aos finalmentes, que eu não
227 justifiquei as ausências, da professora Elizabeta Santoro, Maria Augusta da Costa Vieira, do
228 professor Adrian Pablo Fanjul – que está defendendo livre docência -, da professora Maria
229 Helena Machado, Elias Thomé Saliba, Helder Garnes, Aparecida de Fátima Bueno e da
230 professora Ana Paula Tacconi. Quero dizer também que hoje eu penso ser um dia histórico da
231 Faculdade de Filosofia. A pauta fundamental da Faculdade é discutir as políticas de inclusão e
232 as políticas afirmativas na faculdade. Eu pedi para que se fossem feitos alguns levantamentos
233 sobre o nosso desempenho, os dados de escola pública e PPI da Faculdade de Filosofia. Antes
234 de ontem à noite eu fiquei com a Rosângela e com a Leo, ontem à noite com a Juliana e o
235 Normando, olhando os dados. A Faculdade tem uma coisa histórica, ela nunca tinha dados para
236 nada. E agora nós estamos levantando os dados. E o que ficou claro para mim é que há uma
237 coisa meio diferenciada entre os cursos – o que era de se esperar. Os cursos têm uma procura
238 que faz com que a inclusão social seja maior em alguns cursos do que em outros. Mas eu queria

A T A S

239 dizer que a Faculdade está muito perto, em torno de 48%, de ter maioria de escola pública. Nós
240 temos dados de 2015 e 2016, em 2015 nós tivemos 44% dos ingressantes de escola pública e
241 em 2016 caiu para 42,8%. Caiu em todos os cursos, e é interessante ver isso, que nós tivemos
242 vagas ociosas no SISU este ano. E, portanto, nós estamos divididos quase que metade em
243 escola pública e metade em escola privada. Isso quer dizer que o nosso problema central não é
244 o problema da escola pública. Eu pedi para levantar juntamente com outras escolas, e a EACH
245 tem mais alunos de escola pública, mas ela tem desde o início da proposta da EACH. Agora,
246 com inclusão e cotas, a EACH está no mesmo nível de nós (PPI). Esta é a questão central: nós
247 temos que enfrentar o problema das cotas. A mim, pessoalmente, não seduz este negócio de
248 resgate de um passado; a escravidão foi uma mácula de tal ordem que não se resgata, não é
249 disso que se trata. Não se trata de restaurar essa mácula, essa vergonha que foi a escravidão, e
250 que vai ficar em nossa história. Na minha visão, problema é enfrentar com força uma proposta
251 real e efetiva de incorporação, e que passa pela questão das cotas. Porque os dados revelam que
252 a inclusão dos alunos que entram pelo SISU tem desempenho praticamente idêntico aos que
253 não entram pelo SISU. Isso acontece porque o SISU seleciona o melhor da escola pública,
254 então não há problema aí. O problema acontece quando nós olhamos a distribuição. Ainda
255 assim - embora tenhamos desvantagem, dos dados que eu pedi que o pessoal da assistência
256 acadêmica e da administração levantasse -, nós temos 33% de população PPI na Faculdade.
257 Isso é auto declaração, as pessoas é que se declaram brancos, pardos, negros, indígenas, etc.
258 Esses 33% estão divididos diferentemente nos cursos, e na faixa chamada PPI nós temos,
259 sobretudo, pardos. Há pouca incorporação de negros e de indígenas, então quase nada. Eu acho
260 que a Faculdade tem que pensar uma política real e efetiva, no que diz respeito às cotas e às
261 incorporações, para pensar este futuro, porque nós sabemos que o acesso dos jovens que
262 prestam vestibular à universidade é muito mais fácil quando se vem de famílias escolarizadas.
263 Sobretudo quando a mãe é escolarizada – há uma diferença entre o pai e a mãe, eu tenho estes
264 dados. Mas as famílias escolarizadas é que garantem a presença de seus filhos à universidade,
265 com mais vantagem. Bom, se não fazemos uma política neste campo, nós iremos preservar
266 eternamente a distorção e a desigualdade. Nós sabemos também, através dos últimos dados, que
267 o contingente de jovens mortos pela polícia e por diversos conflitos na periferia das grandes
268 metrópoles, incide, sobretudo, sobre os pardos e negros – é um verdadeiro genocídio. E isso é
269 um sintoma de marginalização social, estes jovens são excluídos das escolas, etc. Estes dados
270 estão disponíveis para as pessoas. Qual é a questão que me parece decisiva? Nós temos que
271 fazer uma política de fato neste campo. Mas precisamos também desenvolver políticas
272 compensatórias, porque não adianta fazermos uma política de absorção sem que as condições

A T A S

273 sejam de permanência – que garantam permanência. Se não tivéssemos que gastar
274 R\$500.000,00 só com desaparecimentos e agressões ao espaço público, esse recurso iria todo
275 para isso. Esse valor dá mais de oitocentas bolsas PAE, mas acontece que a Faculdade enfrenta
276 uma coisa que as chefias precisam ajudar e os estudantes precisam tomar consciência de que
277 eles estão degradando o espaço público de uma sociedade que hoje tem molambos sociais, que
278 tem uma população jovem negra sendo massacrada na periferia. E não adianta me dizer que
279 isso é opção política, porque não é. Enfim, eu pensei em duas possibilidades. Tem um curso
280 com muito êxito, que é o curso de leitura e redação, que está na Faculdade. O professor Cícero
281 me procurou terça feira dizendo que precisava de mais dez monitorias. Eu decidi que iria
282 conceder, sobretudo por causa disso. Mas tive também uma ideia, que eu não sei se é boa, mas
283 que eu quero que essa Congregação pense, para que possamos fazer uma reflexão sobre isso.
284 Cheguei a conversar até com alguns alunos da pós-graduação. A sugestão é que nós
285 montássemos um curso, sob supervisão de professores, com estudantes da pós-graduação em
286 diversas áreas – que receberiam uma bolsa suplementar da Faculdade -, não só para apoiarem
287 os que entrarem, mas para oferecer, antes do vestibular, condições para que as pessoas
288 cheguem. A Faculdade tem, na História, uma experiência notável, que produziu grandes
289 intelectuais, o chamado antigo Cursinho do Grêmio, que desapareceu. Grandes intelectuais da
290 Faculdade se formaram lá. Eu não estou dizendo para fazer isso, desse jeito, mas nós temos que
291 encontrar medidas para fazer algo do tipo. Eu exorto essa Congregação que pense seriamente
292 sobre estas questões. Essas são nossas questões decisivas, mas atualmente a direção vive por
293 conta do desaparecimento de equipamentos, de *shows* não permitidos, de grupos que não são
294 sequer da Universidade, com a conivência dos estudantes, de pessoas que utilizam nossos
295 espaços para negócios pessoais, de destruição de nossos espaços e agressões de vária ordem,
296 que eu peço licença para nem anunciar. A Faculdade tem que pensar em uma política
297 acadêmica séria e à altura dos tempos”. **Prof. Paulo Martins**: “Em absoluto, você me
298 representa completamente”. **Diretora**: “Professora, muito obrigada por ter aceitado o convite
299 da direção e por vir à nossa Congregação. Ela acabou de chegar do exterior e ainda trabalhou
300 em cima desses dados”. **ORDEM DO DIA 1. QUESTÕES TÉCNICAS DE POLÍTICA**
301 **ACADÊMICA. 1.1 AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO SISU E DAS AÇÕES**
302 **AFIRMATIVAS NA FFLCH.** Em discussão. **Profa. Marcia Lima**: “Muito obrigada a você
303 pelo convite. Em primeiro lugar, boa tarde a todas e todos, é um enorme prazer. Hoje é
304 realmente um dia muito importante para a Congregação, espero que avancemos nesta discussão
305 sobre a questão das ações afirmativas e das cotas sociais e raciais no sistema de ensino superior
306 no Brasil. Eu venho, já há alguns anos nesse caminho - tenho toda minha formação dedicada à

A T A S

307 desigualdade racial no Brasil –, e, mais especificamente, desde 2008 eu tenho feito pesquisas
308 regulares sobre o processo de ação afirmativa. Gostaria de agradecer às representantes
309 discentes e às alunas do Programa de Pós-graduação em Antropologia, que me ajudaram a
310 montar essa apresentação, e gostaria de registrar uma queixa, não da Congregação, mas da falta
311 de transparência da USP em relação ao acesso dos dados. Eu estava brincando com o professor
312 Ruy, se eu for à CIA, eu saio de lá com algum dado, mas da FUVEST eu não saio com nada.
313 Você vai lá e eles te mandam umas tabelas em *PDF*, completamente chapadas, que você não
314 consegue fazer um cruzamento próprio, então eu nunca consegui acessar microdados da
315 Universidade. O anuário estatístico também já vem chapado, então é muito difícil, para nós que
316 trabalhamos com microdados, conseguir realmente produzir dados sobre a USP. Então eu vou
317 frustrar um pouco vocês em relação a isso, mas eu acho que parte dessa conversa aqui hoje traz
318 a possibilidade de avançarmos e talvez tomarmos alguma decisão mais definitiva em relação a
319 isso. Considerando um pouco o histórico desse debate na própria Congregação, a primeira coisa
320 que eu gostaria de falar que esta é a quarta vez que esta Congregação se reúne para discutir essa
321 questão. A primeira vez foi em 2013, quando foi nomeada uma comissão, na época composta
322 pelo professor Vagner, pela professora Rosângela, pelo professor Antônio Sérgio e a professora
323 Maria Helena, para discutir isso, e já naquela época foi criado um documento chamado
324 ‘Subsídio para uma discussão sobre cotas étnico-raciais na USP’, na Congregação da FFLCH.
325 Então, desde 2013 há esse debate, e nós estamos agora em 2017 e eu acho que agora talvez -
326 com as últimas decisões, da UNICAMP e a ampliação dessas questões -, seja o momento,
327 realmente, desta Congregação dar um passo em relação à história. Em 2015 a Congregação
328 discutiu o projeto de cotas no programa de Pós-graduação em Antropologia Social, e ano
329 passado houve uma discussão em relação ao SISU e às cotas. Então eu acho que há um
330 amadurecimento desse debate por esta Congregação, e eu espero que hoje possamos avançar
331 neste sentido. Eu não vou colocar muitos dados para vocês, eu quero apenas apresentar o
332 contexto da questão da desigualdade no ensino superior, um pouco da história dessa política, e
333 demonstrar porque uma instituição como a USP precisa, dentro do sistema de ensino superior
334 brasileiro, dar esse passo. Eu estarei considerando estudos, não vou conseguir citá-los todos,
335 mas esse período agora em Harvard eu terminei um livro, que eu espero que saia até o final do
336 ano, que é um pouco sobre a história desse programa, e eu trabalhei muito com pessoas que
337 passaram por este sistema. Em parte de minha pesquisa eu entrevistei pessoas que passaram por
338 isso, eu estudei também o PROUNI, que é o gigante brasileiro, do setor privado de ensino, e eu
339 acho que temos muitas coisas interessantes que eu vou compartilhar com vocês. Isso que está
340 projetado agora é um pouco do histórico do que aconteceu no Brasil. Essa pesquisa foi

A T A S

341 realizada com recursos da FAPESP, projeto CPIT, ligado ao Centro de Estudos da Metrópole,
342 aqui da nossa Faculdade. Aí vocês podem ver o gráfico que é de 1991, 2000 e 2010. Esses anos
343 são referentes à participação de estudantes de 18 a 24 anos no ensino superior. Então,
344 visualmente vocês já podem perceber o que acontece entre 2000 e 2010 no Brasil. É uma
345 transformação notável, mas nós temos, na linha azul, a população branca; na linha amarela o
346 total da população e na linha verde a população negra. Em 1991, a participação dos estudantes
347 de 18 a 24 anos no ensino superior é de 7%, da população branca. A população preta e parta era
348 de 1% e 1,5%, respectivamente. Isso é muito baixo. Quando, em 2002, a população branca
349 chegou a 34%, e em 2010 em 60%, a população negra estava nestes anos em 6,3% e 27,8%
350 respectivamente. Isso só aconteceu no Brasil porque ao longo da década de 2000, o Brasil criou
351 políticas de ações afirmativas nas universidades brasileiras. Sem essas políticas, isso não teria
352 acontecido. No livro que nós publicamos pelo CEM, que a Profa. Marta Arretche coordenou, o
353 ‘Trajetória das Desigualdades’, a Marta fala uma coisa muito importante: *‘política pública e*
354 *democracia importam para combater desigualdades, nós não conseguiremos reverter este*
355 *quadro pela ordem natural dos fatos’*. A minha própria experiência profissional diz isso. O
356 vasto número de professores negros que tem nesta Universidade [ironia] pode dizer o quanto
357 nós iremos demorar, se continuarmos assim. Estes outros dois gráficos que estão sendo
358 exibidos demonstram a importância da discussão do porquê a política de classe não resolver as
359 questões raciais. Se a maioria da população que é pobre é também negra, por que precisamos de
360 uma política de classe e raça para tentar diminuir as desigualdades sociais e raciais no Brasil?
361 Bem, este dado é a mesmíssima tabela que eu mostrei anteriormente, sobre estudantes de 18 a
362 24 anos, mas ele traz duas informações, sobre os mais pobres e os mais ricos; como os mais
363 pobres acessavam a universidade e como os mais ricos o fazem também. Então este primeiro
364 quintil é dos mais pobres, ok? Vemos que no Brasil, em 1991, pobre não ia à universidade –
365 fosse branco, preto, azul, amarelo – ninguém pobre ia, era somente 0,5% da população
366 brasileira que entre os mais pobres conseguia acessar o ensino superior. Nós podíamos contar
367 nos dedos. Este é um quadro bastante complexo, o de 1991, era uma situação de desigualdade
368 de acesso absurda. Na década de 90 nós temos o que a literatura chama de *boom* do ensino
369 médio. Então quando nós temos o crescimento do ensino médio, cresce muito a demanda por
370 acesso ao ensino superior, e o que podemos ver é que quem começa a ir, primeiro foram os
371 mais ricos e, entre os pobres, podemos ver que eram os brancos. Em 2010, a taxa de
372 escolarização líquida da população branca e pobre é de 25%, dos pretos e pardos pobres era de
373 8%. Ou seja, o que vários estudos sobre educação, mercado de trabalho, desemprego e
374 mobilidade social apontam é que, por exemplo, o estudo da saída da pobreza no Brasil aponta

A T A S

375 também: os brancos pobres saem primeiro dessa faixa da pobreza, em quantidades muito
376 maiores que os pretos. No que concerne ao desemprego, em caso de crise econômica, pretos,
377 pardos e mulheres sofrem com isso primeiro. Então a importância aqui é marcar que este
378 cruzamento de raça e classe é vital para entender o processo. A desigualdade e o preconceito de
379 classe no Brasil são abissais, mas a raça é um marcador importante para entender esta
380 desigualdade de classe no Brasil. Por isso precisamos de políticas sociais e raciais para
381 combater a desigualdade. Voltando aos gráficos, no outro extremo nós temos a população mais
382 rica, que em 1991 20% dos mais ricos iam às universidades; a participação de pretos e pardos
383 era de 4% e 6%, respectivamente, entre os mais ricos e em 2010 sobe a participação
384 massivamente de todos os grupos – ainda mantém uma desigualdade racial, mas aqui vale
385 afirmar que a população preta e parda no último quintil também é um grupo muito pequeno.
386 Aqui nós temos que, entre os mais ricos, 73% de pretos e 76% de pardos acessam a
387 universidade. Para brancos, 86%. Então esse grupo de pretos e pardos conseguiu furar esta
388 barreira, mas o que eu estou dizendo é que este grupo é numericamente muito pequeno, porque
389 a participação de pretos e pardos entre os mais ricos no Brasil é muito pequena. Outro aspecto
390 importante de lembrar aqui é que o Brasil não tem um sistema universitário. O que nós
391 chamamos de universidade pública corresponde a 4% do sistema. O que domina no Brasil são
392 as faculdades privadas. As universidades privadas também são muito pequenas. Então, nosso
393 sistema universitário corresponde a 8% de todas as pessoas que vão para o ensino superior. A
394 maioria vai para as universidades ou faculdades privadas, que como vocês podem ver, porque
395 eu destaquei aí, cresceram 226% entre 1995 e 2002, enquanto o sistema público cresceu 36%
396 para as universidades e 22% para as faculdades públicas. Eu trouxe estes dados porque se
397 queremos realmente fazer transformação de inclusão no topo, temos que ter o sistema público
398 no processo. Nas instituições privadas, que eu estudei bastante, o PROUNI tem um desenho
399 muito diferente porque o sistema privado funciona de maneira diferente. E o sistema privado
400 tem bolsa de ensino. Os alunos do PROUNI são muito melhores do que os alunos regulares,
401 porque eles passam pelo ENEM e porque eles têm que ter um bom desempenho para manter a
402 bolsa. No caso do sistema privado, eles têm vaga com bolsa, então se eles têm um mau
403 desempenho, eles não perdem a vaga, mas perdem a bolsa. Se queremos realmente fazer uma
404 transformação social e racial neste país, temos que fazer isso no sistema público que é de
405 melhor qualidade e é onde está o dinheiro público deste país. Embora tenha muito dinheiro
406 público também no PROUNI – essa é uma discussão que faço no livro e que não teria tempo de
407 endereçar aqui. Outra coisa, o Sudeste domina o sistema. Aqui nas tabelas nós temos Centro
408 Oeste com 9,8% do sistema de ensino superior, o Sul do Brasil com 17% desse sistema e o

A T A S

409 Sudeste concentra 48,6% das universidades. Por isso que o SISU é uma revolução muito
410 importante em termos de desigualdades regionais, sociais e raciais, porque ele coloca as
411 pessoas para circular neste sistema - uma coisa que nos Estados Unidos é muito comum, no
412 Brasil ainda é muito pouco percebida esta circulação nacional. Eu acho que o SISU, em um
413 primeiro momento, vai trazer pessoas que têm mais recursos econômicos para esta circulação,
414 por isso que é importante manter alguma política afirmativa no SISU, porque garante que ele
415 também seja um processo inclusivo. Voltando à tabela, o Nordeste do Brasil tem 18% do
416 sistema e o Norte 6,4%. O que faz diferença, embora não tenha tempo de mostra para vocês, é
417 que o Nordeste e o Norte do Brasil possuem um crescimento do sistema privado, que aconteceu
418 depois do PROUNI. Antes do PROUNI não existia universidade privada no Norte e no
419 Nordeste, elas se concentravam maciçamente no Sudeste e Sul do Brasil. Salvo raras exceções,
420 você tinha o sistema PUC nesse processo, por exemplo. Então hoje existe uma demanda da
421 universidade privada por conta da política de acesso que o Governo Federal fazia – agora eu
422 não sei como vai ficar -, e por isso que o papel da universidade pública é realmente crucial para
423 que façamos uma inclusão de qualidade. Sobre as políticas, nos anos 90 o Brasil teve, ainda no
424 governo FHC, a criação das políticas nacionais de ações afirmativas e a preparação para
425 Durban, que foi em 2001, mas todo o processo de preparação para Durban foi bastante
426 subsidiado pelo Estado Brasileiro e o Brasil volta de Durban muito comprometido com a
427 questão da desigualdade racial. Essa foi uma agenda que antecedeu de certa forma, as políticas
428 do governo Lula, porque qualquer governo que assumisse em 2003 teria que enfrentar uma
429 agenda em que o Brasil assinou um acordo internacional. O crescimento das ações
430 governamentais e a questão racial na agenda nacional têm um desenho voltado para, digamos, o
431 ‘desenho petista’, mas ela iria acontecer de qualquer forma. O que faria o Serra se ele ganhasse
432 não sabemos, mas não havia possibilidade de não acontecer. A questão racial, a questão de
433 gênero, a questão ambiental e de terra no Brasil avançam muito por conta destes acordos
434 internacionais, então essa foi realmente uma agenda colocada. Mas esta agenda foi colocada em
435 2001, nós estamos em 2017: a USP precisa entrar neste debate e nessa agenda de
436 transformação. Uma coisa interessante é que no governo Fernando Henrique Cardoso o tema da
437 agenda era ‘Construindo a verdadeira democracia racial’, no governo Lula virou a ideia da
438 igualdade racial, ‘Brasil, um país para todos’. Então notamos aí também que, logicamente, há
439 diferenças políticas e ideológicas na forma de pensar estas políticas, mas elas fizeram
440 diferença. O debate sempre foi em torno destas questões: política universal *versus* política
441 focal. Podemos resolver com políticas universais? Não resolvemos. O acesso maciço ao ensino
442 elementar veio muito recentemente, o Brasil só tem como política universal o acesso à

A T A S

443 educação básica – que na verdade ainda está sendo conquistado –, embora o acesso à escola
444 exista, a permanência e a progressão não. A educação infantil no Brasil ainda é um problema
445 muito sério. Quais princípios de inclusão e quais modelos de política nós vamos discutir, cotas,
446 ação afirmativas, reserva de vagas, etc. O princípio da ação afirmativa é o princípio de uma
447 política que pode ser pública ou privada, voltada para correção de desigualdades raciais e de
448 gênero; este é o princípio da política. A partir daí você tem todo um processo de modos de
449 adaptar isso, a partir da realidade institucional ou do país que você tem pela frente. As pessoas
450 que se opõem às cotas dirão que temos que combater o preconceito e o racismo, então o que
451 tem que se fazer no Brasil são campanhas públicas contra a discriminação racial. Isso se tentou
452 durante a década de 80, com o SOS Racismo, as Secretarias de Combate à Discriminação
453 racial, delegacias raciais. Tudo isso reduziu muitos casos, por um tempo, mas elas não foram
454 eficazes para diminuir desigualdades raciais. Então a agenda antirracismo é importante, mas ela
455 não substitui a agenda da inclusão social. Bem, o debate mais teórico que fazemos em relação a
456 isso é o de antirracismo e antirracismo, ou seja, podemos combater racismo sem falar de
457 raça? Essa é uma grande questão. A minha defesa deste ponto é, primeiro, não, nós não
458 podemos colocar o problema de lado sem falar. O Oracy Nogueira falava sobre relações raciais
459 no Brasil que *'em caso de enforcado não se fala em corda'*. Então o silêncio em torno da
460 questão racial sempre foi o maior colaborador para a desigualdade racial na história deste país.
461 *'Nós não temos problema racial, nós não vamos falar disso porque isso não é um tema'*, isso
462 sempre perpetuou muito as condições de desigualdade raciais no país. O que nós temos, e aí o
463 professor Antônio Sérgio Guimarães, com sua obra brilhante sobre isso, é a construção social
464 da categoria raça e o uso da categoria que, estamos de acordo creio, a experiência de
465 heteroclassificação foram muito desastrosas. Portanto, a autoclassificação do indivíduo -
466 mesmo que enfrentemos a ideia de que pessoas possivelmente vão se dizer negras sem serem
467 negras -, sucinta um debate crucial. Há muito poucas vantagens em ser negro no Brasil, então
468 as cotas não são uma vantagem, se vocês interpretarem isso como uma vantagem, eu vou
469 mostrar para vocês que não é. Então este é um desafio que se coloca, considerar raça é um
470 termo que a teoria sobre ação afirmativa usa, considerando raça para realizar coisas:
471 transformações políticas e mudanças. É difícil comparar com o sistema americano, porque ele
472 não tem vestibular. O processo de seleção americano é diferente, eles consideram várias coisas.
473 Consideram raça, se você é um bom jogador de basquete, consideram se o seu avô doou
474 dinheiro para a universidade, para você ter uma vaga nela. Então está longe de ser um debate
475 meritocrático a forma de ingresso, pois considera as notas do ensino médio, etc. Existe uma
476 série de critérios que para nós, como temos processo seletivo, é difícil comparar. Algumas

A T A S

477 críticas importantes: a ideia de que o sistema de reserva de vagas trata toda proporção como
478 resultado da discriminação. Eu concordo. Obviamente nem toda a desigualdade racial que você
479 mede é fruto de um processo de discriminação, e para isso nós temos nosso sistema de seleção.
480 Uma coisa que é muito importante – e que meus estudos, do João Feres, do pessoal do Rio
481 Grande do Sul, da UNB e da UFMG tratam – é que os alunos que se candidatam para as cotas
482 são competitivos. Eles não se apresentam para o vestibular para uma universidade pública sem
483 um mínimo de preparo. Então esta questão da meritocracia é muito falaciosa. Primeiro porque
484 esses alunos têm algum preparo, segundo porque em sociedades com níveis de desigualdade tal
485 qual a nossa não existe meritocracia. Você só pode falar de meritocracia se você tem igualdade
486 de competição, simples assim. Temos que ter certeza de que o aluno que vai se matricular em
487 uma FUVEST e decidir por se declarar cotista, ele está preparado minimamente para fazer esta
488 prova. Ele está preparado minimamente para entrar neste sistema. Existem muitas escolas ruins
489 no sistema de educação pública do país, mas existem muitos alunos bons. *‘Ah, mas por que*
490 *temos que ter cota racial?’*, porque nós precisamos desse reconhecimento e desse acolhimento.
491 Outro fator que o Antônio Sérgio trabalhou muito foi o fator da auto discriminação, que é uma
492 das grandes barreiras que temos no processo de inclusão. Se a universidade não sinalizar que
493 existe um mecanismo de inclusão e acolhimento – por isso acho que a Arminda pensou
494 brilhantemente nisso –, não vamos atrair estes alunos. Porque nas escolas é dito a eles que eles
495 não pertencem a este mundo”. **Diretora:** “Só uma pequena interrupção. Quando eu estava na
496 Pró-reitoria, naquele evento USP e as Profissões, que na gestão que eu fui responsável era um
497 evento só para escolas privadas e o máximo de frequentadores que tinha tido era de oito mil,
498 mas quando eu saí, era mais de sessenta, e era, sobretudo, escola pública, porque eu trabalhei
499 uma política para trazer esses alunos, em um convênio com a Secretaria da Educação. E a
500 maior parte dos estudantes da escola pública chegava ao evento e perguntava: *‘quanto minha*
501 *família vai ter que pagar para eu cursar uma universidade como a USP?’*. **Profa. Marcia**
502 **Lima:** “Isso é impressionante, eles desconhecem que é público – e que público é gratuito. Eu
503 estive na UNICAMP, em uma discussão sobre as cotas na pós-graduação lá, e uma professora
504 estava falando que eles fizeram uma pesquisa com os moradores mais pobres de Campinas,
505 perguntando o que era a UNICAMP. As respostas foram coisas do tipo: *‘é um hospital’*. Eles
506 não têm ideia de que tem uma universidade pública e gratuita, é dito nas escolas que aquele
507 lugar não é para eles. Por isso que a política racial e social tem que ser assumida como uma
508 política da universidade, para acolher esses alunos, porque isso vai fazer diferença nessa
509 percepção. No que se refere à política, por mais que se tenha falado muito no Brasil – eu acho
510 que todos vocês sabem disso -, somente em 2012 nós tivemos a lei federal aprovada depois do

A T A S

511 STF dizer que era constitucional. Então a simulação é a seguinte: você tem 100 vagas, aí temos
512 a ampla competição e 50% de reserva para estudantes oriundos de ensino pública, que tenham
513 feito o ensino médio em escola pública. Lembrando sempre que o aluno pode concorrer do jeito
514 que ele quiser, se ele é um aluno negro de escola pública e se achar apto à concorrência, não
515 existe uma obrigatoriedade de recorrer à reserva de vagas. Dentro dos estudantes de escola
516 pública, você tem 50% para famílias mais pobres. Um salário mínimo e meio *per capita* envolve
517 70% da população brasileira, então o efeito do critério de renda nesta lei é muito baixo. E aí
518 você tem o percentual de pretos, pardos e indígenas, de acordo com a população do estado e,
519 por fim, os outros estudantes. Você tem 50% da população que tem acima de um salário
520 mínimo e meio *per capita*, mas estudou em escola pública, e a mesma coisa, a proporção de
521 pretos, pardos e indígenas e outros estudantes. Essa é a estrutura da lei federal de 2012, que é
522 aplicada às universidades federais brasileiras hoje em relação às políticas de ações afirmativas.
523 O PROUNI, só por curiosidade, existe desde 2005 e tem, como pré-requisito para o estudante,
524 ter estudado em escola pública durante o ensino médio, passar no ENEM, vir de família com
525 até três salários mínimos *per capita*, e alguns estudantes mais pobres recebem um complemento
526 para manutenção – que é muito baixo, mas é alguma coisa – e os alunos não podem repetir, eles
527 têm que ser aprovado em 70% das disciplinas que eles fazem a cada semestre, porque senão,
528 eles perdem a bolsa. As instituições não são obrigadas a adotar o PROUNI, elas decidem se
529 querem ou não. O PROUNI tem bolsa parcial e integral, a depender da renda dos indivíduos, e
530 a distribuição dos cursos tem que ser proporcional por carreiras e turmas. Existe também uma
531 cota racial, que eles devem respeitar, e para cada dez assentos regulares da universidade
532 privada, eles têm que criar uma bolsa. Isso no sistema privado não funciona muito porque,
533 diferentemente da gente, eles podem abrir e fechar vagas com muita facilidade – temos que
534 aprovar. Eles simplesmente abrem pela demanda. E a contrapartida do governo é uma isenção
535 de taxas federais. Na verdade, o Fernando Haddad disse isso uma vez – não nessas palavras,
536 que eu vou resumir agora de maneira enxuta -, o MEC trocou calote por bolsa, porque essas
537 taxas nunca foram pagas, as faculdades privadas deviam muito dinheiro, e uma maneira de
538 fazer com que elas recebessem alunos foi pelo PROUNI. Uma coisa que o Fernando Haddad
539 fez que foi muito interessante, é que as faculdades confessionais não lucrativas tinham que ter
540 uma cota de ‘caridade’, digamos assim, então eram diversos serviços prestados à comunidade,
541 que eram muito pouco controlados, assim, o Haddad instituiu que toda contrapartida deveria ser
542 em bolsa. Então ele reduziu a ‘*pilantropia*’ e criou, realmente, um sistema mais eficiente. Bem,
543 USP-FFLCH, considerando o ‘FBI’ da nossa universidade, ou seja, o ‘serviço secreto da USP’
544 – FUVEST –, o acesso aos dados é muito complicado. Eu não teria conseguido sem esse grupo

A T A S

545 maravilhoso dessas alunas muito empenhadas, que eu quero publicamente aqui agradecer mais
546 uma vez, Thalita, Jacque e Ana: elas trabalharam muito para que pudéssemos montar isso”.

547 **Diretora:** “Eu quero esclarecer uma coisa, esse dado que acabei de receber foi de um trabalho
548 realizado pelo Hilton; ele entrou e pegou caso por caso”. **Profa. Márcia:** “É, você tem que
549 copiar e colar, porque não há como acessar os microdados da FUVEST por nada nesse mundo”.

550 **Diretora:** “Eu estou há muito tempo pedindo esses dados. Eu disse que para a Congregação eu
551 precisaria desses dados com segurança, porque o argumento que área acadêmica usa é esse de
552 que a FUVEST não tem dados no fundo. Eles estão há muito tempo colhendo dado por dado, e
553 isso leva tempo, então ele acabou de montar e enviar para mim.” **Profa. Márcia:** “Porque nós
554 temos várias questões. Primeiro em relação ao SISU, o que foi um avanço importante, mas o
555 primeiro ano de implantação era mais difícil via SISU do que via FUVEST, eles colocaram
556 uma nota de corte muito alta, então isso realmente não teve muito impacto. Isso foi rediscutido,
557 porque realmente o Enem é uma prova difícil. Então como a USP subiu muito a nota da prova
558 do Enem, isso teve muito pouco impacto. A segunda rodada já foi um pouco melhor, segundo
559 os dados, já houve uma melhoria por conta da revisão da nota de corte.” **Sra. Jacqueline**
560 **Moraes Teixeira:** “Boa tarde a todas e todos. Na verdade, como no ano passado aumentou um
561 pouco a quantidade de unidades e cursos que aderiram ao SISU, tivemos então uma média de
562 15% do total de vagas que a Universidade oferece destinadas ao SISU. Vagas destinadas não
563 são vagas reservadas, vagas destinadas são colocadas no processo e uma vez que os quesitos
564 que o processo tem não dão conta dessas vagas, elas voltam para a FUVEST.” **Profa. Márcia:**
565 “É o que aparece aqui. Esse primeiro quadro mostra a USP toda, essas são as vagas oferecidas,
566 FUVEST, SISU e total. Vocês podem ver que no caso da FUVEST há mais vagas preenchidas
567 do que as oferecidas, por quê? Porque as vagas do SISU não foram preenchidas e voltaram para
568 a FUVEST.” **Sra. Jacqueline:** “E nos debates que nós fizemos, principalmente aqui na FFLCH
569 debatemos bastante sobre a importância de tentar aumentar um pouco o índice de PPIs dentro
570 dessa porcentagem dos 30% de vagas para o SISU, o montante de vagas destinadas ao SISU
571 específicas para essa categoria do IBGE, os PPIs, ficou em 5%. Então desse total de 15% de
572 vagas destinadas para o SISU, 5% eram para os PPIs, o que dava uma média de 500 vagas.
573 Então das 11.103 vagas da USP, 15% foram para o SISU.” **Vice-diretor:** “Jaqueline, desses
574 número total, desses 5%, temos como saber qual é a inserção da Faculdade?” **Profa. Márcia:**
575 “Na FFLCH nós realmente chegamos aos 30% do SISU, mas nós deixamos 386 das 501
576 vagas.” **Sra. Jacqueline:** “O que já melhorou em relação a 2016. Em 2016, nós perdemos
577 muito mais vagas do SISU para a FUVEST, então este ano já houve uma melhora
578 considerável.” **Prof. Ruy:** “Isso é só o efeito da revisão da nota de corte?” **Profa. Márcia:** “Em

A T A S

579 relação a essa questão, para complementar um pouco, porque acho que essa é uma preocupação
580 que eu considero importante tanto na FFLCH quanto da Universidade, falaremos sobre o que
581 temos de estudo sobre esses desempenhos. Os alunos do SISU, segundo uma pesquisa do
582 GEMA, do Rio de Janeiro, que fez um estudo de todas as Federais, eles viram que a nota média
583 dos alunos da livre concorrência do SISU e dos alunos de baixa renda; depois dos alunos de
584 escola pública mais baixa renda; e escola pública, mais baixa renda, mais PPI. A diferença de
585 nota é de menos de 10%. Então o desempenho deles é de: baixa renda 4%, baixa renda e escola
586 pública 5% e baixa renda, escola pública e PPI é uma diferença de 7-8%. Então o sistema traz
587 alunos competitivos. Outros estudos sobre evasão dos alunos cotistas e não cotistas, eles têm
588 uma evasão um pouco menor e em muitas universidades uma evasão igual. E o rendimento
589 deles, mesmo em carreiras mais competitivas, como medicina, eles têm um bom desempenho –
590 essa é uma pesquisa da UFMG. Partindo um pouco para as minhas pesquisas qualitativas sobre
591 isso, podemos dizer: ‘Então isso não faz diferença nenhuma, por que eles precisam de cotas se
592 eles são tão bons?’ A primeira coisa tem a ver com o que falei anteriormente, a sinalização de
593 um espaço de inclusão e isso não é algo menor, é a possibilidade de fazer parte de determinados
594 espaços, mas quando eles entram em defasagem, porque entram, existe um grande sacrifício
595 que esses alunos fazem para se manter. Uma das minhas entrevistadas dormia 3 horas por noite,
596 porque ela trabalhava e estudava. Ela chegava em casa à meia-noite, estudava até as 3h30 da
597 manhã e dormia das 3h30 às 6h00, todo santo dia para poder estudar e terminar uma faculdade,
598 então isso não é algo menor.” **Prof. André Singer**: “Poderia voltar um pouco? Porque tem um
599 dado fundamental que me escapou, que é: quanto de PPI que a Faculdade reserva neste
600 momento?” **Sra. Jacqueline**: “Para o vestibular de 2016, para ingresso em 2017, a destinação
601 de vagas no SISU para PPIs, da FFLCH, ficou em 259 vagas, do total de vagas que a FFLCH
602 disponibiliza. Cada curso reserva 30% de vagas para o SISU, e 15% para PPIs.” **Diretora**: “Eu
603 tenho aqui o dado que o Hilton me forneceu da Faculdade, posso dizer? Nós temos na
604 Faculdade, em 2015 e 2016. Então os matriculados são, em Ciências Sociais, Filosofia,
605 Geografia, História e Letras, são: brancos 63.2%, negros 6.7%, pardos 25.2%, amarelos 4.7% e
606 indígenas 0.4%. Esses são os dados dos matriculados.” **Sra. Jacqueline**: “Na verdade, do
607 montante de vagas destinadas para o SISU, o total de vagas destinadas para PPIs correspondeu
608 a 15% do total das vagas que a FFLCH ofereceu no ano de 2016, para ingresso em 2017.” **Prof.**
609 **André Singer**: “Então, só para ver se eu entendi bem, isso significa dizer o seguinte: a
610 Universidade de São Paulo reservou 5% do seu total de vagas para PPIs e a FFLCH reservou
611 15%. Era isso, obrigado.” **Profa. Márcia**: “Essas contas são sempre muito complicadas porque
612 são proporcionais: proporção relativa, proporção total. Então realmente é trabalhoso.”

A T A S

613 **Diretora:** “Esse dado global que eu apresentei foi um trabalho que a Assistência Acadêmica
614 fez baseada em dados dos matriculados, porque na matrícula tem a autodeclaração. Portanto,
615 nós temos: 25.2% de pardos, 6.75% de negros, 4.7% de amarelos, 0.4% de indígenas e 63.1%
616 de brancos.” **Sra. Jacqueline:** “Esses 15% traduzidos em número de vagas, são 259 vagas,
617 dessas, 250 foram preenchidas. Então tivemos, neste ano, um preenchimento importante de
618 vagas por PPIs. Nós perdemos vagas do SISU, mas as vagas destinadas aos PPIs foram
619 preenchidas.” **Profa. Márcia:** “Com certeza a FFLCH está em uma situação muito melhor que
620 as outras Faculdades em termos de inclusão, sem deixar de considerar a EACH, a Faculdade de
621 Enfermagem de Ribeirão Preto e a Faculdade de Educação, que são faculdades que já têm uma
622 participação maior de escola pública, pelo menos. Essas unidades já têm 50% de escola
623 pública, mas como eu disse escola pública não é uma *proxy* perfeita para inclusão racial. Ela é
624 importante, mas nós precisamos avançar também em termos de inclusão racial considerando as
625 coisas que eu apresentei aqui.” **Prof. André:** “Márcia, desculpe interromper de novo, mas acho
626 que isso é crucial para a nossa discussão no Conselho Universitário (CO), vocês teriam os
627 dados de PPIs das outras unidades, que você mencionou – Educação, Enfermagem, EACH –
628 para comparar?” **Diretora:** “Eu tenho algumas aqui. Medicina – São Paulo: brancos 79.9%,
629 negros 2.0%, pardos 7.4%, orientais 12.1% e 0% de indígenas. Engenharia – Poli: brancos
630 74.4%, negros 1.5%, pardos 10.4%, orientais 13.6% e 0.1% de indígenas. Direito – São
631 Francisco: brancos 84.1%, negros 1.8%, pardos 10.2%, orientais 3.8% e 0.2% indígenas. O da
632 EACH nós temos que somar, porque eles dividiram por curso – Gestão Ambiental, Têxtil e
633 Moda, Educação Física e Saúde. Em Gestão Ambiental: brancos 66%, negros 7.4%, pardos
634 20.2%, 5.3% orientais e 1.1%. Têxtil e Moda: brancos 59.1%, negros 11.4%, pardos 20.5%,
635 orientais 9.1% e 0% de indígenas. Educação Física: brancos 55.6%, negros 13%, pardos 27.8%,
636 orientais 3.7% e 0% indígenas.” **Profa. Márcia:** “Ou seja, está claro que existe uma
637 necessidade urgente de um ajuste em relação a esta questão. O que fizemos nas últimas 48hs
638 tentando trazer uma coisa mais concreta para a discussão aqui, foi considerar um documento
639 feito pela Pró-cotas.” **Sra. Jacqueline:** “Na verdade, foi protocolado um documento com um
640 projeto. Um projeto que sugere a alteração no art. 61 da Universidade de São Paulo, esse artigo
641 é o artigo que dispõe sobre as normas de ingresso na Universidade de São Paulo. Esse
642 documento foi protocolado por um conjunto de coletivos e organizações da Universidade que
643 discutem a questão de cotas já há mais de uma década na Universidade. Para apresentar na
644 discussão da Congregação de hoje, tentamos redigir um documento em diálogo com esse
645 projeto, mas tentando pensar um formato um pouco diferente de tramitação, visto que uma
646 Congregação precisaria tomar uma tramitação diferente. Na verdade, o SISU abriu um espaço

A T A S

647 institucional muito importante para repensar a forma de ingresso na Universidade. E é um
648 espaço discutido, não necessariamente pelo art. 61 do Estatuto da Universidade, mas ele é
649 discutido pela minuta de resolução das normas de ingresso na Universidade de São Paulo. Essa
650 minuta é discutida ano a ano pela Pró-Reitoria de Graduação e a Reitoria referenda essa minuta
651 colocando sempre as novas diretrizes para a FUVEST e para o SISU, e todo ano as
652 Congregações votam esses novos modelos. Então pensamos em apresentar hoje uma sugestão
653 de alterações nessa minuta, para que a partir dela fosse possível, ano a ano, a Pró-Reitoria de
654 Graduação conceder a possibilidade de que as unidades votassem reserva de vagas, não para o
655 SISU, mas, especificamente, uma reserva para o conjunto de vagas destinadas para a FUVEST.
656 Então seria interessante pensar em um mecanismo de reserva de vagas dentro da FUVEST.”
657 **Profa. Márcia:** “Essa seria a primeira parte. Não colocamos tudo, mas seriam dois parágrafos
658 mais específicos. A ideia era acrescentar alguns parágrafos em uma seção que dispõe sobre essa
659 política de reserva de vagas e no final fazer uma simulação no que isso significaria em termos
660 de mudança e que vai muito em direção ao que foi feito na UNICAMP. Ou seja, *‘facultar as*
661 *unidades de ensino, deliberando pela Congregação. Optar por política afirmativa de reserva*
662 *de vagas a partir do total de vagas destinadas a cada carreira. As unidades que optarem pela*
663 *política afirmativa de reserva de vagas o farão a partir das seguintes modalidades:’*. E aí nós
664 temos as várias modalidades que vão compor raça, classe, renda e escola pública: *‘candidatos,*
665 *independentemente da renda, que cursaram ensino médio em escola pública; candidatos com*
666 *renda abrupta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenha cursado*
667 *integralmente o ensino médio em escola pública; vagas disponibilizadas para candidatos*
668 *autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, independentemente da renda ou da instituição em*
669 *que cursou o ensino médio’* – que é o que a UNICAMP introduziu para poder atingir a meta da
670 população do estado. Quer dizer, isso é uma das possibilidades dos arranjos que isso pode
671 tomar. O parágrafo um e o parágrafo dois: *‘adesão à política afirmativa de reserva de vagas*
672 *requer a cada unidade distribuir as vagas seguindo as modalidades acima apresentadas,*
673 *atribuindo porcentagens distintas ou equivalentes para os itens A,B,C,D,E,F,G,H’*. Assim,
674 você teria que estabelecer na lei quais seriam estas porcentagens. Então uma proposta mais
675 conservadora, digamos, é a definição da existência da política de reserva de vagas, e as
676 unidades que irão decidir qual será essa reserva; ou, propondo uma coisa mais ousada, é a
677 definição das porcentagens, considerando o padrão das federais e o que foi aprovado na
678 UNICAMP. *‘O objetivo das reservas de vagas definidas nestes itens do artigo 18 é que a*
679 *universidade de São Paulo atinja, na totalidade das vagas, em cada curso e turno, o*
680 *porcentual de pretos, pardos e indígenas, bem como pessoas com deficiência, equivalente*

A T A S

681 *àquele identificado pelo último censo demográfico do estado de São Paulo no IBGE, em*
682 *cumprimento às metas estabelecidas pelo CRUESP sobre mudança de perfil étnico racial*
683 *estipulado em 2018'. Obviamente as proporções podem ser definidas e discutidas,*
684 *considerando se a USP toma isso como um todo ou se cada unidade irá apresentar sua reserva*
685 *e, por fim, para terminar essa minha longa exposição, fizemos uma simulação considerando o*
686 *que foi feito na UNICAMP e o que foi feito pela lei federal. Isso é uma simulação e, para não*
687 *ficar essa conta de proporção dentro de proporção, eu considerei a cada cem vagas oferecidas o*
688 *que iria acontecer. Considerando esse total de 100 vagas, seria 50% para os estudantes que*
689 *completaram o ensino médio em escola pública, sendo que aí nós teríamos a proporção de PPI*
690 *dentro deste total. Então, a cada 100 vagas, 50 iriam para estudantes do ensino médio, 18 para*
691 *PPI, 32 para demais estudantes de escola pública, que se dividiriam em 16 com renda abaixo de*
692 *1,5 salário mínimo per capita, e o resto com acima de 1,5. A outra proporção, dos demais*
693 *estudantes, teria uma reserva de PPI independentemente de escola pública ou de renda,*
694 *portadores de deficiência com 5% e demais estudantes. Então essa seria a distribuição das*
695 *vagas. Mais importante do que as proporções – que eu acho que podem ser discutidas – é a*
696 *garantia das metas do CRUESP. Nós estamos em uma situação muito desigual, e não vamos*
697 *conseguir sair dela de maneira fácil. Considerando o que nós temos hoje na USP de estudantes*
698 *pretos, pardos e indígenas, para chegar à proporção da população, nós temos que dobrar o*
699 *número de estudantes dessas categorias na Universidade. Para isso, ao invés de concentrar todo*
700 *o ingresso deles somente pelos alunos oriundos de escolas públicas, nós criaríamos a cota*
701 *racial. Desta forma, traríamos, com certeza, alunos bastante competitivos, porque existe, de*
702 *fato, competição dentro das cotas”. **Sra. Jacqueline:** “Eu queria só acrescentar duas coisas*
703 *importantes, principalmente porque propomos toda essa derivação de modalidades para pensar*
704 *cotas porque o que foi sendo visto, em mais de doze anos de políticas de cotas em uma série de*
705 *instituições públicas, é que as modalidades produzem desigualdades dentro delas. E esse*
706 *mecanismo estranho de ação afirmativa que nós temos hoje no vestibular da USP, que é o*
707 *INCLUSP e o PASUSP – desde 2014 –, produzem muito essa desigualdade, porque produzem*
708 *um boom desigual dentro da própria escola pública. Dessa forma, tentamos repensar um pouco*
709 *essas modalidades, todas essas classificações e essa porcentagem dentro de modalidade, para*
710 *fazer com que as pessoas tenham condições de concorrer mais igualmente dentro destes grupos,*
711 *para não fazermos um grande bloco de escola pública, um de PPIs - sem pensar que temos toda*
712 *uma configuração social, e que existem muitas camadas e muitos níveis de desigualdade. Outra*
713 *questão importante, quando pensamos em reservas de vagas, e nós temos uma discussão muito*
714 *forte também na Universidade, é essa questão dos números de matriculados e da porcentagem*

A T A S

715 étnico racial e de escola pública entre matriculados. Quando vemos o número total de
716 matriculados na USP, nós não estamos olhando o número de pessoas que ingressaram pela
717 FUVEST, nós temos outras formas de ingresso na Universidade de São Paulo, como
718 transferência externa, por exemplo, e isso gera dados, que não são necessariamente tão bem
719 quantificados, mas que também ajudam a engrossar essa estatística da escola pública, e um
720 pouco também esta estatística do PPI. Então, uma política de reserva de vagas está preocupada
721 em reservar vagas por curso e reservar vagas por ano, logo, é importante atingir aquela
722 porcentagem por ano de ingresso e não apenas na totalidade de matriculados dentro da
723 comunidade universitária; é uma política que quer sempre tentar construir aquela porcentagem
724 de pessoas por ano de ingresso, por isso que é sempre importante discutir esses mecanismos”.

725 **Profa. Marcia:** “E por isso que a adequação dessa resolução seria uma possibilidade de
726 também mantermos sempre uma avaliação, desde que a Fuvest permita, de como esse processo
727 está ocorrendo na Universidade. Então a ideia de adequar a essa resolução é mais factível até,
728 justamente porque ela tem revisão dos procedimentos, que é feita todo ano quando for
729 aprovado e encaminhado para a Fuvest”. **Diretora:** “Bom, eu acho que essa Congregação está
730 bastante esclarecida e respeito os dados. Eu quero agradecer muitíssimo a professora Márcia
731 Lima [*aplausos*] e à sua equipe, à Jacqueline, e quero dizer que a Congregação vai discutir,
732 mantendo o nosso tempo – isso não quer dizer que as decisões serão imediatas –, mas nós
733 temos que encontrar uma proposta da Faculdade de Filosofia que saia desta Congregação, a
734 respeito das ações afirmativas nesta Faculdade. Eu acho que isso é uma coisa importantíssima,
735 e precisamos ter em mente que, além das ações, nós temos que pensar em políticas
736 compensatórias. Quero dizer para vocês que no panorama atual da Faculdade essas políticas são
737 muito difíceis, mas esta diretoria vai se esforçar para tentar, dentro deste panorama, encontrar
738 algumas saídas. É claro que quando pensamos em nossa proposta nós temos que pensar que a
739 Faculdade é uma instituição, dentro deste mundo que é a USP. Isso não quer dizer que ela tenha
740 que praticar só o realismo político, mas também não pode praticar só o que é do desejo da
741 instituição. Então quero dizer para vocês que nós temos que fazer uma política que forte e que
742 possa ter êxito no âmbito da Universidade. Portanto, as nossas escolhas terão que levar isso em
743 consideração, essa é minha opinião. Muito obrigada”. **Prof. Marcia Lima:** “Considerando as
744 formalidades, vocês vão debater agora? Eu permaneço?”. **Diretora:** “Claro, você é convidada.
745 Agora, naturalmente, os convidados não votam.”. Em aparte, a **Profa. Marcia Lima:** “Sim,
746 estou aqui para esclarecimentos”. **Diretora:** “Algum inscrito?”. **Representante Discente -**
747 **Thais Rodrigues Bueno da Silva:** “Só queria perguntar: o que a Congregação pode deliberar?
748 Porque, pelo que eu tinha entendido, a Congregação só poderia ampliar o número de reserva de

A T A S

749 vagas pelo SISU, ela não poderia decidir aderir à proposta da Frente Pró-cotas estadual. Eu
750 queria saber qual é o limite também, para pensarmos no que propor, porque na semana que vem
751 ocorre o Conselho de Graduação e o que esperamos é que se vote como será o próximo
752 vestibular da FUVEST. E nós, enquanto movimento estudantil, junto com o movimento negro e
753 indígena da USP, protocolamos uma proposta que é baseada na proposta da UNICAMP, na
754 verdade é muito semelhante, e eu não sei se temos como aprovar um apoio a essa proposta, que
755 é a que o movimento da USP está defendendo.” **Diretora**: “Qual movimento da USP? Uma
756 Congregação é uma instituição autônoma, a Congregação vai deliberar a partir dos
757 esclarecimentos da Profa. Márcia e da sua equipe, a partir de uma proposta da Direção, a sua
758 posição em relação a isso. Será uma posição livre pensando a Faculdade, essa proposta que vai
759 ser levada ao Conselho de Graduação. Será a proposta da Congregação da Faculdade para o
760 Conselho de Graduação e o mesmo acontecerá no Conselho Universitário. Mas não será a
761 proposta que está em elaboração em outros fóruns, é a da Congregação da Faculdade. O órgão
762 superior da Faculdade de Filosofia, que precisa ser acatado. A deliberação deste órgão é para
763 toda a Faculdade, e qualquer que seja a deliberação, ninguém aqui pode se recusar a receber
764 documento de Congregação.” **Profa. Valeria de Marco**: “Márcia, primeiro eu vou agradecer a
765 você a ao grupo, pelos esclarecimentos, e vou dar uma informação: a FUVEST não é da USP, a
766 FUVEST é uma fundação. Você só tem acesso aos dados da FUVEST, e isso também a
767 Reitoria, se você protocolar um pedido de informação. Por isso o nosso eterno problema na
768 discussão das fundações.” **Profa. Márcia**: “Você protocola e eles entregam as tabelinhas já
769 prontas, eles não liberam os microdados.” **Profa. Valeria**: “Eu sei. Alguma fundação aqui abre
770 as contas para o Reitor? Para nenhum Reitor. Você que é da Sociologia pode conversar com a
771 Profa. Eunice Durham, para lembrar o que ela fez na campanha inteira para abrir a caixa das
772 fundações. E não se abre. É isso mesmo, é duro, mas garimpando se vai. Por outro lado, eu
773 acho que a essa altura dos acontecimentos, podemos fazer uma proposta imediata para o
774 vestibular deste ano e apresentar uma minuta desse tipo nas formas de minuta de lei. Só que
775 isso, para ser votado no CO, vai para todas as comissões. Então acho que esse é um trabalho
776 importante, e se a Faculdade concordar com tudo isso – em primeiro lugar – podemos fazer um
777 encaminhamento como proposta para toda a Universidade. Só que isso vai correr por aí, nesses
778 trâmites e será objeto de deliberação somente no ano que vem, na melhor das hipóteses. Quer
779 dizer, a da UNICAMP tampouco é imediata, na UNICAMP é 2019. Então eu acho que, no
780 mínimo, o que podemos tentar fazer é tentar corrigir uma distorção que você mesmo viu e
781 apontou: houve sobra de vagas no SISU, porque alguns cursos da nossa Faculdade colocaram a
782 nota mínima de 600 pontos no SISU. Para quem acompanha o SISU há algum tempo, como eu,

A T A S

783 isto é nota para entrar na Medicina da UFRJ. Então eu não sei onde é que o pessoal estava com
784 a cabeça quando enviou essa proposta. Porque o ano passado a proposta foi enviada numa
785 época em que a Faculdade estava ocupada, foi tudo muito correndo, eu sei disso, então eu acho
786 que cabe corrigir o erro, pelo menos. O IRI, por exemplo, tem uma política SISU-cotas, há
787 algum tempo, é que é uma unidade pequena, ninguém olha para ela. E toda cota do SISU é nota
788 400, e é tudo PPI. E eles têm alunos que vêm de outros estados, quer dizer, como é que esses
789 alunos que vêm de outros estados se mantêm, eu não sei bem, mas isso existe. Então eu tenho
790 uma proposta, eu acho que a Faculdade deve mandar uma proposta clara. A primeira coisa a se
791 considerar é que o SISU, na USP, é escola pública, eu não sei como as nossas propostas
792 colocam ampla concorrência. Isso não existe no SISU. Infelizmente nós mandamos, no ano
793 passado, um documento que tinha erros. Houve um departamento que colocou: x vagas – PPI, e
794 1 vaga – indígena. O ‘I’ do PPI é o quê? Isso aconteceu, o documento foi recebido em julho, na
795 Reitoria em junho. Então, é muito simples a questão imediata para fazermos uma política agora
796 que sinalize isso, porque isso é para o vestibular deste ano. O do vestibular da UNICAMP é
797 para 2019, ainda.” **Diretora:** “A UNICAMP está propondo essa política para 2019, não é
798 imediata.” **Profa. Valeria:** “Então, imediatamente, nós podemos colocar os 30% no SISU, o
799 que já tinha no ano passado, e tudo PPI. Claro, isso é um sinal de reconhecimento, de que
800 vamos abrir e vamos verificar se a Congregação está de acordo com essa minuta e
801 apresentamos isso para o CO, para ser oportunamente examinado na consultoria jurídica, a
802 comissão do CO que organiza, e isso voltará para a eleição. Então estou fazendo uma proposta
803 e eu acho que a Faculdade precisa ter uma única proposta para todos os cursos. Só quero,
804 primeiramente, agradecer a oportunidade que você deu para termos aqui a exposição que
805 tivemos. Segundo, agradecer a sua menção ao curso de leitura e escrita, e ter entendido que isso
806 é uma política qualitativa de inclusão. E nós temos uma experiência de muitos dados a respeito
807 disso. Nós que estamos trabalhando no curso, acabamos descobrindo, por causa disso, que a
808 USP tem uma seção de atendimento a ‘queixa escolar’, na Psicologia, eu tenho 40 anos de USP
809 e também não sabia. Porque um dos nossos alunos se matriculou no curso, quando ainda era
810 experimental, ainda não era uma disciplina optativa e foi à Psicologia, porque era um aluno da
811 História – eu posso falar disso porque ele fez questão de falar na avaliação pública – e ele ia
812 desistir do curso, porque só tirava nota 2. Com meio curso de leitura ele começou a tirar nota 6
813 e 8. Quer dizer, começamos o curso pensando na questão da escrita, e nós todos professores
814 descobrimos que o primeiro problema era a leitura rigorosa. E com isso, de fato, nós temos tido
815 uma demanda enorme dentro da Faculdade, nós vamos abrir uma quarta turma à noite.”
816 **Diretora:** “Que tem 60 novos inscritos, por isso que ontem eu assinei 10 monitores.” **Profa.**

A T A S

817 **Valeria:** “Agora, nós precisamos saber de quantos, Maria Arminda? 36. Por enquanto temos
818 funcionado com as bolsas da Pró-reitoria de Graduação e muitos ex-alunos do curso que fazem
819 questão de ficar como monitores do curso sem nenhuma bolsa. O que nós fazemos não é nada
820 de especial, nós ensinamos como nós estudamos, é só isso. Então essa ‘mística’, cada vez que
821 chamamos um professor novo, existe esse questionamento, e não é nada diferente do que cada
822 um de nós faz na vida, desde que começou a estudar. Agora, de fato nós precisamos de ampliar
823 o número de professores, porque isso sim é claro no curso, a interdisciplinaridade. Porque nós
824 temos professor, aluno, monitor e texto de Geografia, História, Sociologia, Filosofia,
825 Linguística. Então essa é a real diferença.” **Diretora:** “Profa. Valeria, permita uma pequena
826 interrupção, se a Faculdade não despendesse esse volume de recursos com desaparecimentos de
827 coisas e destruição de espaços, esse dinheiro todo, R\$500.000,00 iria só para isso.” **Profa.**
828 **Valeria:** “Tem uma frase bordão que já ouvimos de mim ‘N’ vezes: *‘Ninguém mais respeita o*
829 *patrimônio público há muito tempo, como se vê nos livros riscados da nossa Biblioteca’*. Isso
830 não era assim quando eu era aluna. Equipamento é uma lástima, mas compramos um novo.
831 Livro, nem com dinheiro se repõe, isso é o patrimônio que não se substitui. Então não sei por
832 onde devemos começar, não sei que tipo de campanha vamos ter que fazer. Enfim, quero
833 agradecer isso. Quero reiterar uma informação que a Márcia deu, que a perversidade de
834 inclusão ou não no ensino superior não é escola pública ou privada, é renda familiar. Dois
835 candidatos cuja família tem a mesma renda, ou entra ou não entra. Há dois desvios de curva,
836 nos trinta anos de FUVEST: um é filho de dentista, que está sempre abaixo da expectativa,
837 outro é filho de professor que pode superar a expectativa de renda. Agradeço isso e acho que
838 devemos fazer uma política tentando apresentar isso para a próxima votação. Obrigada.” **Prof.**
839 **Luis César Guimarães Oliva:** “Boa tarde a todos. Agradeço à Márcia, pela excelente
840 apresentação. Vou retomar um pouco a pergunta da representante discente, com toda
841 ingenuidade, porque eu de fato não entendi que haveria uma deliberação hoje e eu queria saber
842 até onde vai esta deliberação. Quer dizer, nós vamos discutir hoje a respeito do SISU, nós
843 vamos discutir a respeito de uma reserva de vagas na FUVEST, e finalmente, nós vamos fazer
844 uma proposta para a USP toda ou nós vamos nos manter aqui na Faculdade? Sabendo isso dá
845 para pensarmos em qual é a proposta.” **Vice-diretor:** “Veja, eu acho que a primeira coisa que
846 esta Congregação tem que decidir é justamente aquilo que sistematicamente vem sendo pedido
847 às congregações para se resolver, mas, entretanto, como a própria Profa. Maria Arminda disse,
848 esta Congregação é autônoma para discutir e decidir uma política mais ampla para a Faculdade,
849 principalmente, e, por que não, oferecer uma proposta para a Universidade. É óbvio que essas
850 propostas que são para a Faculdade ou dependem de uma aprovação de níveis superiores, elas

A T A S

851 não dependem apenas da decisão da Congregação. Portanto, acho que esta Congregação,
852 primeiramente, tem que construir uma proposta concreta e imediata para a reunião do CO e,
853 posteriormente, para a Comissão de Graduação para depois podermos decidir uma política
854 acadêmica da Faculdade de Filosofia com relação à questão das cotas.” **Diretora:** “Professor
855 Paulo, se você me permite, eu faria outra consideração. Naturalmente, isso não é para a USP,
856 quero dizer, é uma decisão da Faculdade em relação a esse tema. Ela pode dizer que a política
857 que a Faculdade vai desenvolver é essa, e essa proposta será apresentada nos órgãos superiores
858 da Universidade. Agora, se será aprovado ou não, isso é outra questão. É claro que SISU, cotas
859 e Fuvest estão ligadas, mas qual é a preocupação principal desta diretoria neste momento? Que
860 nós temos que enfrentar os problemas referentes às cotas, e cotas étnico raciais. A cota do SISU
861 nós fixamos, podemos mexer para lá ou para cá, aperfeiçoar, etc., mas o tema central aqui é o
862 tema das cotas étnico raciais, porque percebemos – e eu pedi os dados da Faculdade até por esta
863 razão – o tamanho da desigualdade de inclusão na Universidade, sobretudo dos contingentes
864 étnico raciais”. **Prof. Luís César Oliva:** “Totalmente de acordo. Uma coisa, então, é a posição,
865 que nós podemos levar ao CO, e se vai ser aprovada é outra história. Mas o que nós estamos
866 sendo cobrados e que temos que responder em duas semanas é só relativo ao SISU ou também
867 à Fuvest?”. Em aparte, **Paulo Martins:** “Só o SISU”. **Diretora:** “É em relação ao SISU. É
868 claro que a temática das cotas está imbricada nisso, porque o reitor, no último Conselho
869 Universitário, falou a esse respeito”. **André Singer:** “Eu queria fazer um esclarecimento,
870 professor Luís, porque no meu entendimento do que aconteceu no Conselho Universitário a
871 reitoria nos colocou uma espécie de desafio, que é: como é que a USP vai atingir os 50% de
872 escola pública que está previsto em lei? E a reitoria pautou isso para as unidades, para que
873 houvesse uma resposta no próximo Conselho Universitário, que estava marcado em princípio
874 para o dia 27, ou seja, semana que vem, e foi agora adiado para o dia 04 de julho. Agora, isso,
875 na verdade, eu acho que contém implicitamente outra pergunta que não foi tão claramente
876 explicitada, que é: como nós vamos enfrentar a questão das cotas étnico-raciais? Porque a
877 mesma lei que determina que deve haver 50% de ingressantes provindos de escola pública,
878 determina também – e isso não ficou tão claro como estou dizendo agora, mas é minha
879 compreensão do que aconteceu no conselho – que as universidades públicas paulistas precisam
880 se adequar a uma proporção de PPIs de 37,2%, que é o que existe na população do estado de
881 São Paulo. Então eu tenho entendido que nós deveríamos responder a estas duas questões, e aí,
882 ao meu entendimento, nós devemos responder essas questões em dois planos: com a nossa
883 proposta para a USP, e dentro dessa proposta, o que nós queremos fazer aqui; são duas coisas
884 conectadas. Eu pedi licença para fazer este esclarecimento porque foi o meu entendimento, ou

A T A S

885 seja, que não é apenas o SISU, é tudo; é uma política geral referente ao problema de cotas,
886 tanto de escola pública quanto de PPIs, na Universidade de São Paulo. Portanto, na nossa
887 Unidade também”. **Paulo Martins:** “André, acho que temos que estar preparados para uma
888 perspectiva prática, que é uma decisão imediata para o amanhã, que muito provavelmente
889 chegará como cobrança, que é a posição para o edital do vestibular próximo, e outro é a
890 resolução, como fez a UNICAMP, de uma proposta já para 2019 com implementações
891 possíveis para se chegar à norma da lei.”. **André Singer:** “Professor Paulo, o senhor sabe que
892 problema na USP é sempre de informação. Na realidade, o que foi proposto pela reitoria é que
893 nós respondêssemos, se eu entendi bem, como chegar a 50% o ano que vem – 50% de escola
894 pública. A UNICAMP tomou uma decisão de alcançar a proporção de PPIs, 37.2%.” **Diretora:**
895 “E escola pública em 2019. As duas coisas juntas na UNICAMP, escola pública e PPI”. **André**
896 **Singer:** “Escola pública eu acho que é antes, se não me engano. Mas isso é uma resolução da
897 UNICAMP. Na USP, o que ela nos perguntou foi como chegar a 50% de escola pública no
898 vestibular deste ano, pelo o que eu entendi”. **Profa. Marcia Lima:** “Desculpa gente, é só
899 porque, no final, aquela simulação que eu realizei faz exatamente as duas coisas: 50% de escola
900 pública, parte dos PPIs dentro da escola pública e parte fora. Então eu acho que é uma proposta
901 concreta, que pode ser colocada como a proposta da faculdade, e levar isso como uma resposta
902 ao CO.”. Em aparte, a **Diretora:** “E tem a proposta da professora Valéria também, que
903 pegássemos a nossa proposta de escola pública e transformasse tudo em PPI.”. **Profa. Marcia**
904 **Lima:** “Mas o que eu entendo, pelo que eu li do documento, é que o CO pediu a definição de
905 critérios para cada sistema de ingresso da USP. A USP hoje tem oficialmente dois sistemas de
906 ingresso.”. **Diretora:** “Eu queria esclarecer isso, André, que é o seguinte: na verdade, o que vai
907 sair no Conselho Universitário é a política da USP, não é só da Faculdade. O reitor não falou
908 claramente em cotas étnico-raciais, estava subentendido. Ele falou que a USP tem que ter 50%
909 dos seus ingressantes provenientes da escola pública, que isso era um compromisso com o
910 governo do estado para 2018. Então essa foi a fala do reitor, mas é claro que dentro do debate,
911 grupos que falam sobre cotas pediram a palavra. Mas foi uma decisão da direção da faculdade
912 de filosofia tratar o problema da escola pública, mas tratar diretamente o problema das cotas,
913 que era o nosso déficit étnico-racial. Eu não sei porque esta celeuma, porque para mim ela é
914 clara: é a Faculdade enfrentando o problema das cotas étnico-raciais, e como fazer isso. E é
915 claro que a proposta que a Congregação tirar será levada para o CO. O que será feito do ponto
916 de vista das cotas será o que o Conselho Universitário votar e o CoG também. Agora, escola
917 pública está previsto 50%, se é étnico-racial ou não, aí já é outra coisa.”. **Profa. Mona**
918 **Mohamad:** “São três informações rapidinhas. A primeira é a mudança do vestibular para

A T A S

919 agora, vai haver uma mudança na direção do vestibular, com mudança dos participantes,
920 conselheiros e corretores. E em relação à reunião do CoG, ela foi adiada para a próxima quarta-
921 feira e o único tema é, justamente, a questão das cotas, então nós temos que nos posicionar com
922 uma posição da FFLCH, da Congregação, porque é um dado que é preciso ser levado para lá.
923 Na última reunião do CoG, reunião que foi feita em 08 de junho, relativa à maio, foi discutida
924 essa questão, e foi dito que a USP oferece 30% de vagas para PPI, só que esse número não foi
925 preenchido. Então, uma das lições de casa que cada representante da Congregação tem que
926 levar é o número mínimo que nós vamos oferecer, em relação a essas cotas”. Em aparte, a
927 **Diretora**: “O número atual eu tenho aqui, eu passo para a senhora.”. **Profa. Mona Mohamad**:
928 “Mas nós temos que decidir, conforme disse a professora Valéria, como consertar este
929 documento, corrigir este documento, e colocar 30% para PPI”. **Prof. Ruy Braga**: “Eu na
930 verdade tenho algumas dúvidas, antes de encaminhar uma proposta. A primeira delas tem a ver
931 com a questão que a Valéria levantou – quero ver se a Márcia me ajuda. Levando-se em conta,
932 se eu consegui acompanhar os números, que nós já temos, na Faculdade de Filosofia, 32,6% de
933 PPIs, que é o nosso público atual de matriculados, ou seja, os dois sistemas, vestibular e SISU,
934 convergem de alguma maneira, para selecionar esse público. Levando em conta que hoje nós
935 temos 15% no SISU e a proposta é subir para 30% para PPI, minha dúvida é se nós não
936 estaremos simplesmente trocando seis por meia dúzia, na verdade – essa é minha pergunta.
937 Apesar de nós termos um aumento no número de selecionados via SISU, levando-se em conta
938 que o público geral é relativamente o mesmo, não será porque você vai aumentar de 15% para
939 30% de alunos via SISU que os interessados em Sociologia vão duplicar. Esta é minha dúvida,
940 se nós não estaríamos trocando seis por meia dúzia. A minha pergunta principal é a seguinte:
941 qual é a dificuldade de nós sairmos aqui desta Congregação com uma deliberação ao estilo
942 daquilo que a Marcia apresentou ao final da fala dela: 50% SISU, e dentro dessa cota, 36% de
943 PPI?”. Em aparte, a **Diretora**: “Nisso não há nenhuma dificuldade, se a Congregação votar.”.
944 **Profa. Marcia Lima**: “Mas não foi isso o que eu falei”. **Diretora**: “Não foi. Ela apresentou
945 50% de SISU escola pública, mais 18% de PPI, aí daria 68% - e por mais simpatia que eu tenha
946 pela proposta, isso não passará no Conselho Universitário”. **Prof. Ruy Braga**: “Tudo bem, ok.
947 Mas a minha dúvida permanece: qual seria a dificuldade de nós tirarmos isso?” Em aparte, a
948 **Diretora**: “Porque implicaria que pela FUVEST, que entra escola pública e privada, ficaria
949 32% - e isso é uma coisa que dificilmente aconteceria. Porque a FUVEST não é só escola
950 privada, é escola pública de novo”. **Prof. Ruy Braga**: “Mas a minha dúvida é, qual é a
951 dificuldade de nós simplesmente seguirmos a lei?”. Em aparte, a **Profa. Marcia Lima**: “A
952 questão é a seguinte, gente: se você pega metade dessas vagas e coloca 35% de PPI, isso vira

A T A S

953 18% da população – 35% dentro de 50% -, entendeu? Então, se a meta da lei é 36% de PPI na
954 universidade como um todo, não é viável tirar todo esse grupo apenas da escola pública.”. Em
955 aparte, a **Diretora**: “A proposta da professora Valéria permite.”. **Profa. Marcia Lima**: “Não
956 chega. Atualmente a proporção de PPI dentro do SISU chegou à apenas 15%”. **Profa. Valeria**
957 **em aparte**: “É o seguinte: a FUVEST já tinha políticas de inclusão – Inclusp, liberação de taxa
958 de inscrição – e o que vinha acontecendo? Essas políticas não mudaram o perfil da USP. A
959 primeira tentativa que houve de mexer um pouco nisso foi o SISU. E mesmo aceitando o SISU
960 o problema não se resolve de um dia para o outro, tem que se estabelecer um convênio com o
961 MEC, com o Ministério da Educação, quer dizer, há uma prévia nisso. A USP estabeleceu com
962 o SISU a possibilidade de disponibilizar 30% das suas vagas, por aquele regime de inscrição.
963 Então eu soube que nenhuma unidade sugeriu aumentar a proporção do SISU, ou seja, não dá
964 mais tempo para esse ano, mas precisa ficar claro que as vagas do SISU determinadas pela USP
965 são totalmente provenientes de escola pública. Quem quiser estudar na USP, via SISU, tem
966 chegar aqui e apresentar documentos que comprovem que ele vem da escola pública, senão ele
967 não faz matrícula.” **Diretora**: “Hoje a USP tem um total de 37% de estudantes provenientes de
968 escola pública, em 2008 era só 8%.” **Profa. Valeria**: “Quando havia somente o Inlusp,
969 chegou-se a 11% no total da USP. Não aderiram ao SISU no ano passado somente 2 unidades:
970 a Física e a Medicina de São Paulo. Essas foram as 2 unidades que ficaram ‘feias na foto’. A
971 questão é: o SISU já é escola pública e nós podemos colocar tudo isso como PPI. Essa é uma
972 decisão que, se nós estabelecemos, a USP tem que cumprir, porque nós temos autonomia.
973 Ninguém vai discutir no CO se nós podemos fazer isso. Sem alterar nada, nem na relação da
974 USP com o MEC, nem na relação da Faculdade com a Universidade. O IRI faz isso desde o
975 começo. Nós só temos que tomar cuidado com a nota exigida no SISU, porque as unidades
976 colocam a nota de corte a 400 pontos, como a Jacqueline confirmou. O nosso curso de Letras
977 foi para o SISU com a nota de corte a 600 pontos, isso é nota para ingressar na Medicina da
978 UFRJ. Nós vamos votar a nota de corte. Todos os outros cursos da Faculdade – História,
979 Geografia, Filosofia, Ciências Sociais – tiveram uma nota de corte a 400 pontos, eu acho que a
980 Faculdade tem que ter uma política uniforme. Segundo, a questão de mudar o vestibular na
981 FUVEST, isso sim implica em burocracia jurídica, mas podemos propor que isso entre em
982 discussão, que seja encaminhado para estudo jurídico. Pela política do Inlusp também entra
983 escola pública – vamos pegar com o Hilton os dados –, mas a nossa Faculdade já tem quase
984 50% de alunos vindos de escola pública há anos. São mais de 50% no período noturno, um
985 pouco menos no diurno, e é também diferenciado por curso: o curso de Filosofia é o que tem
986 mais alta renda e, portanto, é o curso que menos tem alunos de escola pública, sobretudo de dia,

A T A S

987 o de Ciências Sociais vem em seguida, depois é o curso de História, depois o de Letras e o que
988 tem a renda mais baixa é o curso de Geografia. Esses números todos o Hilton tem.” **Prof.**
989 **André Singer:** “Eu queria fazer duas propostas, na verdade, porque acho que estamos diante de
990 dois problemas. Um é o problema da escola pública. Em relação à escola pública, queria dizer,
991 como disse a Profa. Maria Arminda, que a pedido nosso a Profa. Maria Helena Machado fez
992 um documento, porque ela estudou o assunto para as resoluções anteriores da Congregação, e
993 eu não sei se seria possível fazer cópia para os membros da Congregação poderem ler, para ver
994 se estariam de acordo.” **Vice-diretor:** “Está no Sistema Nereu, todos têm acesso.” **Prof. André**
995 **Singer:** “Não seria possível imprimir em papel, para que as pessoas pudessem ler? Porque seria
996 interessante a Congregação ponderar se não valeria a pena subscrever esse documento como
997 um posicionamento geral da Faculdade em relação à questão, acho ele muito completo. Eu vou
998 dizer aqui apenas os itens essenciais, que me parecem necessários para a tomada de posição em
999 relação aos números.” **Documento redigido pela Profa. Maria Helena Machado:** “Este texto é
1000 uma tentativa de colaboração com o debate de uma das mais graves questões de nossa
1001 universidade, que é da democratização do ensino superior público, por meio de adoção e/ou
1002 aprimoramento de políticas de inclusão social/racial. Em épocas de fortes cortes orçamentários
1003 e críticas ao uso ineficiente de recursos públicos, a USP tem a chance de dirimir as dúvidas
1004 sobre seu papel histórico, aderindo a um plano sólido de inclusão sócio/racial de seus alunos/as,
1005 de forma que as benesses da educação pública se destinem àqueles que dela mais precisam. Na
1006 última reunião do CO fomos desafiados a oferecer respostas a questão que apresentada pelo
1007 vice-reitor: “O que fazer para chegar a 50% de estudantes de escola pública em 2018? ” Os
1008 dados apresentados na ocasião revelam que nossa universidade evoluiu em termos de inclusão
1009 de estudantes de escola pública (EP), atingindo 36% em 2017. Claro está que este índice geral
1010 da USP não reflete a realidade das diferentes escolas: a FFLCH – a mais numerosa de nossas
1011 escolas alcançou em 2016 e 2017 consecutivamente, o índice de 49% de EPs, assim
1012 praticamente atingindo a meta. Outras escolas também já alcançaram ou superaram a meta: a
1013 EACH atingiu neste ano 51% e a Escola de Enfermagem, 56% de EPs em 2016, embora este
1014 índice tenha recuado para 49% em 2017. Outras escolas, embora não tenham ainda atingido a
1015 meta, já evoluíram bastante. Este é o caso, por exemplo, da FEA que aderiu ao sistema SISU,
1016 passando, de um salto, de 20% de alunos EPs em 2016, para 41% em 2017. Nota-se ainda a
1017 nítida evolução do IRI e da FAU neste quesito. Há, porém, uma série de escolas com número
1018 baixo ou muito baixo de ingressantes de EPs, cujos índices muito provavelmente refletem a não
1019 adesão ao sistema SISU (que é optativo) ou a adesão ao mesmo sem a priorização dos itens de
1020 inclusão (provenientes das modalidades de EP, renda e perfil étnico-racial), como é o caso da

A T A S

1021 Faculdade de Medicina (39% em 2016 e 31% em 2017), Faculdade de Odontologia (34%, em
1022 2016; 25% em 2017) e Escola Politécnica (22%, em 2016; 13% em 2017). Estes dados são
1023 produto da soma dos ingressantes FUVEST e SISU, o que impede que se possa discriminar
1024 claramente o impacto da porcentagem de vagas SISU oferecidas por cada escola (máximo 30%
1025 por escolas) e as opções de ingresso possíveis na produção dos índices apresentados. Mas,
1026 tomando como exemplo o caso das escolas que ingressaram no SISU em 2017, ou que já
1027 haviam participado do sistema, mas que neste ano optaram por abrir vagas específicas (baixa
1028 renda, EPs e PPIs), como é o caso da FEA, pode-se supor que o SISU possa ter impacto
1029 significativo na evolução das porcentagens de ingresso de EPs na USP. Neste contexto, para
1030 minorar tais disparidades, seria o caso de criar mecanismos de obrigatoriedade de adesão ao
1031 SISU para as escolas refratárias, sobretudo aconselhando-as a priorizar a adesão aos itens que
1032 resultam na inclusão social (EP, baixa renda e perfil étnico-racial). Caso este mecanismo não
1033 seja suficiente, restaria repensar os sistemas de inclusão da USP, aumentando a bonificação do
1034 perfil do aluno/a que se deseja integrar. Estes mecanismos não requerem grandes preparações,
1035 podendo ser adotados imediatamente. Cabe-nos, no entanto, perguntar se ao atingirmos a meta
1036 de 50% de alunos EPs, a USP terá realizado a inclusão sócio-racial demandada por grande parte
1037 de nossa comunidade docente e discente e almejada pela própria reitoria como se pode
1038 comprovar no “Plano Institucional da Universidade de São Paulo” (RESOLUÇÃO Nº 6583,
1039 DE 04 DE JULHO DE 2013)? Certamente, não. Embora nossa universidade venha, desde
1040 2006, com a criação do Programa de Inclusão Social da USP (INCLUSP), buscando fórmulas
1041 para integração de estudantes de baixa renda, EPs e Pretos, Pardos e Indígenas (PPIs), por meio
1042 de diferentes modalidades de bonificação de alunos/as portadores/as de perfil alvo, os índices
1043 recentemente disponibilizados pela reitoria mostram que o alcance destes programas foi
1044 limitado. Embora meritórios, as iniciativas do INCLUSP, PASUSP e do SISU não foram
1045 capazes de atingir as metas necessárias. Atualmente, a USP após lento avanço, atingiu o índice
1046 de 19% de PPIs, muito aquém dos 37,2 % registrados pelo IBGE, como perfil populacional do
1047 estado de São Paulo. Para entendermos como nossa universidade assumiu seu Plano
1048 Institucional é preciso darmos uma vista panorâmica no contexto desta discussão em nosso
1049 país. Desde 2004, com a adesão da Universidade de Brasília (UnB) ao sistema de cotas raciais
1050 (20% das vagas para negros e vestibular diferenciado para indígenas), um grande debate se
1051 instaurou em nossa sociedade. Aspectos polêmicos a respeito da definição étnico-racial dos
1052 candidatos à cota racial gerou acirrada polêmica, por meio da qual se começou a refletir sobre a
1053 inclusão universitária étnico-racial. Em oposição a esta, em 2010, o partido Democratas (DEM)
1054 apresentou ao Superior Tribunal Federal, uma Arguição de Descumprimento de Preceito

A T A S

1055 Fundamental, ADPF/186, a qual questionava a legalidade da adoção do sistema de cotas étnico-
1056 raciais. O julgamento da ação se desdobrou em uma fértil discussão, no qual foram apresentadas
1057 as razões que fundamentavam a adoção do sistema em nossa sociedade. Dentre as contribuições
1058 dos especialistas que embasaram a decisão do STF a respeito da legalidade do sistema de cotas
1059 étnico-raciais em nosso ensino superior, destaca-se a do historiador Luiz Felipe Alencastro que
1060 sublinhou não apenas os males da formação do Estado e da sociedade nacionais baseados
1061 amplamente no trabalho escravo, como ressaltou a flagrante ilegalidade da nossa escravidão e
1062 suas consequências perversas em nossa história e sociedade atual. Longe de subscrever o
1063 quadro de uma escravidão íntima e adocicada pela proximidade, os argumentos do historiador
1064 ressaltavam a violência e o caráter ilegal da escravização de africanos e seus descendentes em
1065 nossa sociedade. Embora, de acordo com os tratados assinados pelo Brasil após a
1066 Independência, a partir de 1831, o tráfico transatlântico de escravos estivesse banido, o Estado
1067 brasileiro tolerou, e ativamente acobertou a entrada de por volta de 1,3 milhão de africanos.
1068 Apesar dos clamores internacionais e de questionamentos legais por parte de abolicionistas, tais
1069 africanos e seus descendentes foram mantidos na escravidão até 1888. Não apenas a escravidão
1070 brasileira pós-1831 esteve baseada em um pacto de silêncio, como a pós-emancipação foi
1071 marcado por ausência de políticas públicas reparatórias. Especialmente no item educação, a
1072 população afrodescendente brasileira foi particularmente prejudicada. Mas, não se trata de
1073 basear a reivindicação por cotas apenas na necessidade da adoção de políticas reparatórias.
1074 Vejamos a realidade atual. Os índices demonstram que, embora de forma paulatina, a
1075 população escolar afrodescendente venha sendo integrada ao ensino fundamental e médio,
1076 embora neste último ainda se visualize uma diferença percentual significativa. Em relação ao
1077 terceiro grau, a integração da população afrodescendente ainda é muito baixa. Os dados de
1078 2008 mostram que enquanto em torno de 20% da população brasileira de origem europeia era
1079 universitária, apenas 7,7% dos afrodescendentes estavam matriculados em instituições de
1080 ensino superior de qualquer espécie. Concluía Alencastro sua argumentação afirmando:
1081 “Portanto, não se trata aqui de uma simples lógica indenizatória, destinada a quitar dívidas da
1082 história e a garantir direitos usurpados de uma comunidade específica, como foi o caso, em boa
1083 medida, nos memoráveis julgamentos desta Corte sobre a demarcação das terras indígenas. No
1084 presente julgamento, trata-se, sobretudo, de inscrever a discussão sobre a política afirmativa no
1085 aperfeiçoamento da democracia, no vir a ser da nação. Tais são os desafios que as cotas raciais
1086 universitárias colocam ao nosso presente e ao nosso futuro”. Em 2012, respondendo à nova
1087 percepção a respeito da legalidade e adequação do sistema de cotas étnico-raciais em nossas
1088 universidades públicas surgiu o Decreto Presidencial 7824, que estabelecia que 50% das vagas

A T A S

1089 das universidades federais deveriam ser preenchidas por alunos provenientes da EP e cujas
1090 famílias possuíam renda de 1,5 salários-mínimos per capita. Além disso, as vagas reservadas
1091 deveriam refletir o perfil étnico-racial da população de cada unidade da federação. O Plano
1092 Institucional da USP de 2013, por seu turno, acompanhava a iniciativa federal, propondo-se a
1093 atingir as metas do decreto presidencial no ano de 2018, com relação à inclusão do aluno de
1094 baixa renda, proveniente das EPs e portador de perfil étnico-racial determinado. Deve-se
1095 acrescentar que a meta 12, do Plano Estadual de Educação de São Paulo de 2016, referenda os
1096 mesmos índices, propondo-se a “ampliar, na forma da lei, a participação proporcional de
1097 grupos historicamente excluídos na educação superior pública, inclusive mediante a adoção de
1098 políticas afirmativas, estabelecendo uma política de cotas sociais e raciais, até o 3º (terceiro)
1099 ano de vigência deste PEE, nas Instituições de Ensino Superior – IES públicas, estaduais e
1100 municipais”. Portanto, para atender tal plano, nossa universidade deve, a partir de 2019,
1101 apresentar os índices de inclusão referendados nestas diferentes instâncias, isto é, 37,2% de
1102 PPIs. É este o desafio que hoje as universidades estaduais paulistas enfrentam, o de concretizar
1103 metas amplamente debatidas e referendadas pela comunidade universitária, inclusive pelo
1104 próprio Reitor de nossa Universidade. Ressaltamos que a UNESP já reserva 45% de suas vagas
1105 para alunos provenientes das EPs e 35% para alunos PPIs. Recentemente, a UNICAMP, que,
1106 tal como a USP, vem aprimorando políticas de inclusão por meio de variadas fórmulas de
1107 bonificação, tendo atingido a meta de EPs, aprovou a adesão às cotas étnico-raciais, que, a
1108 partir do vestibular de 2019, contemplarão não apenas os alunos provenientes das EPs, mas
1109 todo o universo de candidatos. Segundo entrevista dos responsáveis pela Grupo de Trabalho
1110 encarregado de estabelecer as novas formas de ingresso, o interesse da UNICAMP é o de
1111 estimular a diversidade social, racial e de experiências educacionais. Não se trata de abrir mão
1112 do mérito, mas, sim, de enfrentar o desafio de desenvolver instrumentos capazes de avaliar
1113 diferentes aquisições educacionais e vivenciais, as quais enriquecerão o universo estudantil da
1114 universidade. Como notou o professor Sidney Challhoub, docente aposentado da UNICAMP e
1115 atualmente professor da Universidade Harvard, nos EUA, as universidades de maior prestígio
1116 naquele país não se pautam por avaliações padronizadas de ingresso, pelo contrário, buscam
1117 ativamente a diversidade como estratégia para aquisição da excelência que as caracteriza. Claro
1118 que, neste contexto, será necessário gerar políticas sérias de permanência estudantil, que
1119 permitam a construção de uma nova linguagem pedagógica, sem prejuízo da produção
1120 científica da universidade. Frente a este quadro, cabe questionarmos se, seguindo o exemplo da
1121 UNICAMP, não é hora da nossa universidade avançar em busca da meta que ela própria se
1122 impôs implementando a inclusão de alunos de perfil étnico-racial por meio do sistema de cotas

A T A S

1123 associado ao programa já adotado de inclusão por meio de bonificação. É este o desafio que ora
1124 pesa sobre nós. A de não nos tornarmos a única universidade estadual de São Paulo a virarmos
1125 as costas para nossas próprias metas e para o desafio da inclusão e da democratização do ensino
1126 universitário público estadual. Consolidar o perfil democrático da universidade por meio da
1127 valorização da diversidade cultural e educacional dos alunos ingressantes certamente nos
1128 colocará em um caminho muito mais produtivo do que o que agora trilhamos. Precisamos
1129 assumir a tarefa de inovar e ousar; de outra forma corremos o risco de nos cristalizarmos como
1130 uma universidade engessada em procedimentos rotineiros e socialmente ultrapassados, que
1131 apenas reproduz a si mesma, sem se mirar no espelho das demandas sociais e educacionais que
1132 a desafiam.” Maria Helena Pereira Toledo Machado, Professora Titular, Departamento de
1133 História. **Prof. André Singer:** “A Profa. Maria Helena lembra que a USP já alcançou 36% de
1134 ingressantes de escola pública neste ano. A pergunta é: como chegar nos 50%? E ela mostra
1135 que por baixo desse número de 36% da USP – que não é tão baixo – há uma diferença muito
1136 grande. A Faculdade de Filosofia tem 49% de ingressantes de escola pública e a Escola
1137 Politécnica, por exemplo – eu não tenho nada contra a Escola Politécnica, pelo contrário, mas é
1138 necessário fazer algum tipo de comparação explícita –, teve este ano 13% de ingressantes da
1139 escola pública. Então o posicionamento da Faculdade de Filosofia, no quesito escola pública,
1140 deve ser o seguinte: nós já atingimos a meta, agora nós propomos que a USP determine que
1141 todas as unidades sigam isso. Essa é uma coisa importante e muito difícil, eu pediria a atenção
1142 da Congregação para isso. Nós estamos propondo que o CO delibere que a partir deste ano
1143 todas as unidades da USP têm que seguir esta mesma proporção, que nós já alcançamos. Quer
1144 dizer, não há nada mais que nós possamos fazer para responder à demanda da Reitoria, a não
1145 ser sugerir que o CO determine que isso seja aplicado a todas as unidades da USP, certo? Então
1146 com relação à escola pública é isso. Com relação à segunda questão, que é referente a PPI, eu
1147 concordo com a Profa. Maria Arminda que ficou subentendido. Porque tanto o Pró-reitor
1148 Hernandes falou muito disso na sua exposição, quanto depois o Reitor convidou dois
1149 especialistas em cotas étnico-raciais, o Prof. Simon Schwartzman e o promotor Werneck do
1150 Rio de Janeiro, para fazer uma longa exposição no CO a respeito, portanto, é claro que a
1151 questão das cotas étnico-raciais está colocada, não é uma invenção nossa da Faculdade de
1152 Filosofia.” **Profa. Márcia:** “Ele convidou especialistas que são contra as cotas.” **Prof. André**
1153 **Singer:** “Eu como representante da Congregação não posso dizer isso. Então eu acho que nós
1154 devemos dizer que sim, a Congregação da Faculdade de Filosofia quer avançar também na
1155 questão das cotas étnico-raciais e também nesse capítulo deve dizer que, segundo os dados que
1156 a Profa. Maria Arminda apresentou aqui e que o Prof. Ruy Braga gentilmente computou de

A T A S

1157 maneira imediata, nós já temos 33% de ingressantes PPIs na Faculdade de Filosofia. Portanto
1158 eu acho necessário nós dizermos no CO que a Faculdade de Filosofia praticamente já atinge a
1159 meta, também com relação às cotas étnico-raciais. E que nós, portanto, temos legitimidade para
1160 propor, e essa é minha segunda proposta, que o CO delibere como a UNICAMP, ou seja, que
1161 no vestibular de 2019 a USP cumprirá em todas as unidades a cota de 37,2% colocada em lei.
1162 Eu acho que tendo o precedente da UNICAMP e tendo nós atingido praticamente essa
1163 proporção aqui, nós temos toda legitimidade para fazer essa proposta. E para finalizar, eu
1164 queria transmitir uma proposta que a Profa. Maria Helena Machado me pediu para colocar, de
1165 que nós apresentássemos no CO a proposta de formar uma comissão da USP para estudar a
1166 questão da diversidade étnico-racial, sobretudo diante do fato de que nós não temos os
1167 números, como disse a Profa. Márcia. Nós não sabemos qual é a proporção de PPIs, por
1168 exemplo, por unidades. Esse dado simplesmente não existe, então que nós propuséssemos a
1169 formação de uma comissão da USP para estudar esse assunto.” **Diretora:** “Que é a proposta da
1170 UNICAMP, eles fizeram uma comissão.” **Prof. Jorge Almeida:** “Eu já fui muito contemplado
1171 com o que o Prof. André Singer falou. E eu queria retomar uma questão que foi problematizada
1172 na nossa última discussão o ano passado sobre o SISU, e que foi por isso que nós não optamos
1173 por – na Faculdade de Filosofia que é muito maior do que o IRI – destinar inteiramente 30%
1174 para PPI do SISU, por quê? Porque como nós já temos uma porcentagem muito alta de PPIs,
1175 nós estaríamos dando ao Reitor e à Universidade, como um todo, o alibi de que aumentou o
1176 número de PPIs, como a lei exige, sem que outras unidades tivessem colaborado com isso.
1177 Então a decisão de optar em não usar os 30% do SISU para cotas – naquela época decidimos
1178 15% e 15% - foi para evitar que uma das maiores unidades por si só já preenchesse uma
1179 quantidade expressiva dessa lei, fazendo com que outras unidades não participassem disso. Eu
1180 concordo inteiramente com o André, nós temos que lutar para que essa discussão seja feita a
1181 nível geral da USP, e não de unidade. Porque se for por conta de unidade, a nossa não só já
1182 atinge como mecanismos de cotas aqui podem, eventualmente, criar precedentes para, no
1183 âmbito geral estatístico da Universidade, dizerem que já há uma porcentagem expressiva de
1184 PPI.” **Diretora:** “Eu posso dar um dado sobre isso. A USP tem 37% de estudantes de escola
1185 pública, desses 37% a Faculdade de Filosofia contribui com 52%. Quer dizer, nós subimos a
1186 porcentagem da USP.” **Representante Discente Ciências Sociais Guilherme Akira Nishio:**
1187 “A Profa. Valeria comentou que o SISU é automaticamente de escola pública, mas não é. Na
1188 Escola Politécnica, por exemplo, tem cerca de 10% para o SISU, mas é para ampla
1189 concorrência, então não são necessariamente todas as vagas para escola pública. Inclusive os
1190 dados que a Jacqueline mostrou aqui dizem isso: está aberto para o SISU e as vagas que não

A T A S

1191 forem preenchidas, por conta da nota de corte, foram para a ampla concorrência. Então, não
1192 necessariamente os estudantes que se matricularam pelo SISU são de escola pública,
1193 principalmente nessas outras faculdades. E eu queria fazer um pedido de esclarecimento para a
1194 Jacqueline, a respeito de proposta de modificação de ementa no Conselho de Graduação.” **Sra.**
1195 **Jacqueline:** “Essa minuta que dispõe sobre as normas de ingresso na Universidade de São
1196 Paulo é um dispositivo institucional que foi produzido pela Pró-reitoria de Graduação, para
1197 conseguir incorporar o SISU como forma de ingresso na Universidade de São Paulo. Só que
1198 esta minuta tem algumas disposições, uma delas é que o teto de vagas é de 30%, outra é que
1199 você tem 3 modalidades de escolha: ampla concorrência, os chamados EPs (escola pública), e
1200 EPs mais PPIs. Já percebemos um pouco o efeito do SISU e toda essa discussão sobre a nota –
1201 que é uma discussão extremamente relevante –, que esses 30% de vagas destinadas para o
1202 SISU, e esses 30% gerais que os cursos podem decidir a partir dessa minuta, produz um efeito
1203 geral na USP muito pequeno. Porque no fundo você destina poucas vagas, principalmente
1204 porque o que uma resolução normativa de cotas faz é garantir a reserva de vagas, o que a
1205 minuta do SISU propõe é a destinação de vagas. A destinação de vagas pressupõe que essas
1206 vagas voltam para o outro mecanismo de ingresso, caso elas não encontrem pessoas
1207 disponíveis. Então é importante entender que para movimentar efetivamente a discussão sobre
1208 mecanismo de ingresso na Universidade é preciso focar nessa discussão do COG sobre o art. 61
1209 do estatuto da Universidade, que é o artigo que dispõe sobre as formas de ingresso. Essa minuta
1210 ela não toca no artigo e ela é uma estratégia institucional de tentar mobilizar outras formas de
1211 ingresso sem mexer no artigo. Então é preciso entender como a Congregação vai se colocar, se
1212 vai investir nesse dispositivo institucional da minuta, ou se vai focar numa relação com o COG
1213 de reformulação do art. 61. É isso, obrigada.” **Diretora:** “Vou abrir mais duas inscrições
1214 somente e nós vamos tomar uma decisão a respeito dessas questões. Há três propostas,
1215 decidiremos qual iremos encaminhar. A decisão da USP de participar do SISU foi uma decisão
1216 histórica. O CO era contra, quando se decidiu que a USP iria entrar no SISU houve uma ampla
1217 oposição das grandes escolas no CO. Isso foi, aos poucos, sendo dirimido, com diferenças entre
1218 as faculdades, mas toda a USP participou de alguma maneira do SISU. O que se tem revelado
1219 do Sistema SISU? Que ele não está inclusive preenchendo as vagas. Qual seria a decisão que
1220 poderia ser tomada? Deixar vagas ociosas acho que não é o caso. A decisão que se tomou é que
1221 as vagas não preenchidas do SISU retornassem para a FUVEST. A questão que me parece
1222 central, por mais simpatia que eu possa ter pela proposta apresentada pela Profa. Márcia, eu
1223 quero dizer para vocês que ela seria uma proposta absolutamente derrotada no CO porque o
1224 próprio SISU até hoje não tem unanimidade. Porque na proposta ficaria 38% para a chamada

A T A S

1225 ampla concorrência da FUVEST, esses 38% não seriam somente para o sistema privado,
1226 muitos estudantes da escola pública entram na FUVEST. Isso seria transformar a USP em uma
1227 instituição voltada quase que exclusivamente para escola pública.” **Profa. Márcia:** “Não,
1228 porque esses 18% de PPI não são de escola pública. Ficaria 50% e 50%.” **Diretora:** “Mas o PPI
1229 que não vem de escola pública é irrisório – o que também é expressão de desigualdade. E isso
1230 seria então uma coisa complicada. Por isso que vamos colocar em votação essas 3 propostas, a
1231 da Profa. Márcia, a do Prof. André e a da Profa. Valéria. Há mais alguma?” **Vice-diretor:**
1232 “Agora então passamos a palavra ao Prof. Luís Oliva, depois para a Profa. Márcia e então para
1233 regime de votação.” **Prof. Luís César Oliva:** “Eu queria colocar o seguinte: eu acho que com
1234 relação à meta para 2019, talvez se aproximando da posição da UNICAMP, ou mesmo ficando
1235 nos 50% - sem superar os 50% - eu tendo a concordar com a posição do André. Mas, de
1236 qualquer maneira, nós precisamos de um posicionamento comum – se é que vocês estão de
1237 acordo que deve haver um posicionamento comum da faculdade – para o SISU, no molde atual
1238 que está barrado em 30%. Eu acho que a proposta que foi executada pela Filosofia no último
1239 ano foi muito bem-sucedida, que é de todas as vagas do SISU irem para escola pública, dentro
1240 delas, dois terços vão para PPI. Eu não sou favorável a proposta da professora Valéria - que é
1241 fazer com que todas as vagas do SISU vão para PPI - não pelas razões que o Jorge apresentou,
1242 mas porque eu confesso que me sinto um pouco incomodado em excluir totalmente da reserva
1243 de vagas a figura do branco de escola pública. Então, eu sugeriria que nós adotássemos, para os
1244 30% das vagas do SISU, o modelo que a filosofia adotou no último vestibular: dois terços para
1245 PPI”. **Diretora:** “Quer dizer, no SISU, dois terços serem para PPI, é isso? É outra proposta,
1246 então”. **Prof. Luís César Oliva:** “Gostaria de acrescentar outro elemento também, que eu não
1247 sei se é da concordância de todos, que é abaixar a nota para 400 em todas as provas”. **Diretora:**
1248 “Então nós temos quatro propostas. Estão fechadas as inscrições.” **Prof. Marcia Lima:** “Gente,
1249 gostaria de agradecer mais uma vez esta oportunidade de apresentar para vocês essas questões,
1250 e eu acho que tem uma confusão aqui, que eu gostaria de tentar esclarecer, a partir das coisas
1251 que eu levantei, muito rapidamente. A primeira coisa é que a norma da USP, 7.230 de 2016,
1252 estabelece que SISU seja 30%. Isso não é uma coisa que as unidades decidiram, está na norma.
1253 Nessa mesma norma, está que a livre concorrência existe, independentemente de escola
1254 pública. As três propostas que temos aqui estão voltadas a coisas diferentes, propostas que
1255 envolvem Fuvest e propostas que envolvem SISU, então eu acho que há uma confusão na
1256 conversa entre o que é SISU e o que é Fuvest. Para esclarecer e repetir, mais uma vez: a
1257 proporção de PPI, dentro do SISU, considerando a Faculdade de Filosofia com 1669 ingressos
1258 em que 259 são PPI, corresponde a 15%. O SISU não vai resolver a proporção de PPI da

A T A S

1259 FFLCH, e nem da Universidade. A minha proposta – que foi discutida e que montamos a partir
1260 da experiência da UNICAMP -, Arminda, é radical, mas vai garantir à USP a presença de 50%
1261 de escola pública e 50% de escola privada, e dentro da escola privada, haverá uma proporção
1262 para pretos, pardos e indígenas, que você disse que realmente é baixa. O que pode acontecer é
1263 que essas vagas PPI, no privado, não preenchidas, vão para livre concorrência, e eu acho que
1264 nessa proporção é que vamos realmente eliminar a auto exclusão – que são PPI que não são de
1265 escola pública. Logo, continuaria metade pública e metade privada, 18% de PPI dentro da
1266 escola pública, e 18% de PPI dentro da privada. Eu concordo que isso é bem difícil, mas eu
1267 acho importante marcar aqui que as propostas discutidas por esta Congregação devem abarcar
1268 tanto Fuvest quanto SISU. Eu acho que o que está em jogo aqui é: ajustar o SISU dentro da
1269 Faculdade, porque ele tem entradas diferentes, com notas de corte diferentes, e chegar a uma
1270 posição da FFLCH sobre a Fuvest”. **Diretora:** “Bom, então, vamos retalhar a proposta”. **Prof.**
1271 **André Singer:** “Só um esclarecimento, antes de vocês poderem elencar as propostas: a minha
1272 proposta não se opõe à proposta da Profa. Valéria e nem do professor Luís César, eu me referi
1273 apenas ao que devemos propor para a USP. Eu concordo com a proposta da professora Valéria,
1274 e acho também importante a ponderação do professor Luís César em relação à questão do
1275 branco de escola pública. Outro esclarecimento é que minha proposta também não se contrapõe
1276 à proposta da professora Marcia. Na realidade, eu estou apresentando uma meta geral, como a
1277 UNICAMP fez para a questão de cotas étnico-raciais. Pode ser que a maneira de chegar a isso
1278 seja da professora Marcia, eu não sei. A própria UNICAMP decidiu que no vestibular de 2019-
1279 2020 vai haver cotas étnico-raciais de 37,2%, e estabeleceu um grupo de trabalho para saber
1280 como atingir isso. A USP poderia fazer a mesma coisa, e dentro deste grupo de trabalho,
1281 discutir, por exemplo, propostas como a da professora Marcia, sobre a qual eu ainda não tenho
1282 uma opinião formada, mas que é interessante. Só gostaria de esclarecer para não opor questões
1283 que não são opostas, na votação”. **Diretora:** “Ótimo. Então, vou dividir a proposta. O que vai
1284 estar em votação neste momento é: manteremos o SISU diferenciado ou faremos um SISU
1285 unificado na faculdade? Porque há cursos em que a nota é 400, outros 600, etc. E qual será a
1286 nota de corte, ao mesmo tempo, se aprovarmos, tem que ser homogêneo, então vou votar em
1287 seguida qual é o índice. Está em votação.”. **André Singer:** “Desculpa professora, mais um
1288 esclarecimento. Nós temos duas questões que diferenciam os cursos: as notas de corte e a
1289 proporção que cada curso dá dentro do SISU. Então, só para esclarecer que o que nós estamos
1290 votando é que a Congregação quer uniformizar o ingresso no que para o SISU para toda a
1291 Faculdade”. **Diretora:** “Exatamente, e aí qual será o índice”. **André Singer:** “Sim, tanto no que
1292 diz respeito à nota quanto à proporção?”. Em aparte, a **Diretora:** “Isso mesmo. Vou colocar em

A T A S

1293 votação aberta.” **Profa. Valéria de Marco**: “Eu acho que vou retirar minha proposta. Eu não
1294 havia pensado no outro lado, é bem verdade que os brancos possam continuar entrando na
1295 Filosofia, certo?”. **Diretora**: “Professora Valéria, os dados que foram apresentados no
1296 Conselho Universitário são dados da professora Cibele, da UNICAMP – do NUPES. Ela
1297 apresentou na penúltima ANPOCS dados muito diferenciados sobre isso. Ela apresentou que há
1298 também um corte de gênero. E eu conversei muito com ela sobre isso, porque na época eu
1299 estava na Pró-reitoria, e ela contou-me que o corte é o seguinte: em gênero, mulheres pobres
1300 têm muito mais competitividade que os homens pobres para chegar à universidade. Dentre as
1301 pobres, as mulheres brancas têm mais competitividade do que as mulheres negras. Agora, as
1302 mulheres negras são mais competitivas, entram mais na universidade, do que os homens
1303 brancos pobres. Entre os homens pobres, os homens negros têm mais desvantagem do que os
1304 homens brancos. Portanto, há um corte de gênero e um corte social sim. Quer dizer, se
1305 transformar-se todo o SISU em cotas PPI, excluem-se os homens brancos pobres, segundo
1306 esses dados da Cibele, que é uma pesquisa enorme, acumulada durante anos”. **Prof. Ruy**
1307 **Braga**: “Professora, eu tenho uma proposta: 30% de vagas pelo SISU escola pública, dois
1308 terços PPI e 400 de nota de corte”. **Prof. André Singer**: “A minha proposta é para a USP, nós
1309 podemos votar primeiro para a Faculdade e depois para a USP. Para a faculdade, a senhora
1310 podia repetir...”. **Prof. Paulo Martins**: “Na verdade, não é para a Faculdade, é para o SISU
1311 imediatamente”. **Diretora**: “Então, a proposta da Filosofia, vocalizada pelo professor Luís
1312 Oliva...”. **Prof. Luís César Oliva**: “Minha proposta é que os 30% de vagas para o SISU fossem
1313 divididos em dois terços para PPI e um terço aberto – de escola pública sempre. E,
1314 acrescentando – eu não sei se vai ser na mesma votação -, que a nota seja de 400.”. **Guilherme**
1315 **Akira Nishio**: “Professora, só uma dúvida: nós estamos tirando aqui só para o SISU, mas nós
1316 vamos votar também da Fuvest e da FFLCH?”. **Paulo Martins**: “É a proposta do André.”.
1317 **Diretora**: “Olha, vamos assentar nossas propostas? Vamos votar primeiro essa proposta do
1318 SISU – é isso que está em votação. Proposta do professor Oliva: para a FFLCH, 30% SISU,
1319 com nota de corte igual para todos os cursos em 400, dois terços dos 30% para PPI – tudo
1320 escola pública. Quem for de acordo vota sim, quem for contra vota não e quem quiser se abster,
1321 se abstenha. Em votação”. Após discussão, a proposta do professor Luís César Oliva foi
1322 **APROVADA** por unanimidade (33 sim). **Diretora**: “Agora vamos votar a proposta que será
1323 levada ao Conselho Universitário. Professor André Singer, o senhor pode explicar sua
1324 proposta?”. **Prof. André Singer**: “A ideia seria que nós levássemos o conselho a proposta de
1325 que, a partir do vestibular deste ano, as outras unidades - que não a Faculdade de Filosofia –
1326 sejam orientadas no sentido de garantir o ingresso de 50% de escola pública, e que com relação

A T A S

1327 às cotas étnico-raciais nós sigamos a determinação da UNICAMP, que é a de, no vestibular de
1328 2019 para 2020, garantir o ingresso em todas as unidades de 37,2% de PPIs, que é o que manda
1329 a lei do estado de São Paulo”. **Diretora:** “E tem uma outra proposta, que é a da Profa. Marcia
1330 Lima. Repita por favor, professora.”. **Profa. Marcia Lima:** “É 50% de escola pública, dentro
1331 dessa porcentagem de escola pública, respeitar 35% da população de pretos, pardos e indígenas
1332 do estado e, dentro da proporção de escola privada, também ter uma proporção de 35% para
1333 PPI. O que tem de diferente da minha proposta para a do professor André é que se a USP quer
1334 atingir o PPI da população do estado até 2020, será necessário que haja cotas raciais na parte
1335 pública e na parte privada. E se as vagas não forem preenchidas, elas voltam para livre
1336 concorrência.”. **Diretora:** “Eu quero dizer que uma proposta não é incompatível com a outra.
1337 Eu vou colocar em votação a proposta do professor André, referente à proposta da UNICAMP
1338 e ao grupo de trabalho que absorve um conjunto de propostas. Em votação”. Após votação, a
1339 proposta do professor André Singer foi **APROVADA** (29 sim/1 não/1 abstenção). Ao resultado
1340 da votação segue uma salva de palmas. **Diretora:** “Muito obrigada, professora Marcia. Muito
1341 obrigada às meninas, Jacqueline e todas vocês.” **ORDEM DO DIA 1.2 CRIAÇÃO DO**
1342 **LABORATÓRIO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DAS DROGAS E DA ALIMENTAÇÃO**
1343 **(LEHDA) - 16.1.3719.8.9.** O DH solicita a criação do Laboratório de Estudos Históricos de
1344 Drogas e da alimentação (LEHDA). (v. anexo, cópia do parecer favorável do regimento do
1345 laboratório, aprovação do Conselho do Departamento e do relator da Congregação, Prof. Dr.
1346 Helmut Galle) - parecer do relator da Congregação - Defesa do parecer do relator da
1347 Congregação. Em votação, o item foi **APROVADO.** **João Borghi – representação funcional:**
1348 “Gostaria de adiantar o expediente da representação dos funcionários.” **Diretora:** “Essa
1349 Congregação permite que a representação funcional fale antes do expediente? Aprovado, pode
1350 falar.” **João Borghi:** “Obrigado. É bem rápido, só porque a Congregação pode começar a
1351 esvaziar e eu gostaria de chamar atenção para uma questão que eu não sei se conseguiremos
1352 discutir hoje, mas pelo o que eu entendi pelo informe da diretora no começo dessa
1353 Congregação, ela decidiu – e assume a responsabilidade dessa decisão – pela instalação das
1354 câmeras de segurança na Faculdade”. Em aparte, a **Diretora:** “Nas portas dos laboratórios que
1355 têm equipamentos, porque isso foi decisão do CTA, foi feito o levantamento dos custos e há
1356 duas semanas vários equipamentos desapareceram.” **João Borghi:** “Eu mantenho o informe,
1357 pois eu gostaria de chamar a atenção para a informação que eu tenho, de que o CTA não
1358 deliberou; iniciou-se uma discussão sobre as câmeras no CTA, mas ele de fato não deliberou a
1359 instalação, e isso também não foi objeto de discussão desta Congregação. Portanto, se a
1360 diretora encaminhar a instalação de câmeras, isso sequer passou pelos colegiados desta

A T A S

1361 Faculdade. E nós sabemos que este é um tema polêmico, nós funcionários, em reunião, nos
1362 posicionamos contra a instalação de câmeras, e sabemos também que, historicamente, os
1363 estudantes são contrários a essa medida. Portanto, só gostaria de chamar a atenção à isso, no
1364 sentido de que se as câmeras forem instaladas na Faculdade, sobretudo agora no mês de julho,
1365 essa é uma decisão monocrática da direção da Faculdade, que sequer pelos colegiados passou.”
1366 **Diretora:** “Eu acho que o senhor está enganado. O CTA tinha deliberado e uma Congregação
1367 também. Mas se isso é motivo de tanta celeuma, a Faculdade não pode mais repor
1368 equipamentos. Os laboratórios de Letras ficarão sem os equipamentos, Ciências Sociais,
1369 Filosofia, História e Geografia também. E eu posso botar em votação, se for o caso”. **Paulo**
1370 **Martins:** “A deliberação do CTA foi que fosse feita a comparação, e aquilo que fosse mais
1371 vantajoso para a Faculdade seria implementado, foi isso.”. **Diretora:** “Foi isso, e eu mostrei os
1372 dados. Foi em um CTA que eu não presidi, por motivos pessoais. O professor Paulo me passou
1373 isso. O CTA deliberou.” **João Borghi:** “Estes estudos, no mínimo, deveriam voltar para o
1374 CTA, para que houvesse uma análise deles. Eu só estou chamando a atenção para isso porque,
1375 mais do que os colegiados, eu acho que a comunidade da FFLCH deveria ser ouvida a esse
1376 respeito...”. **Diretora:** “Eu quero perguntar para o senhor a seguinte coisa, e eu vou te
1377 interromper sim porque eu já estou ficando cansada desses desaparecimentos de equipamentos
1378 na Faculdade: o senhor prefere que a Faculdade, todas as semanas, perca equipamentos ou que
1379 tenham câmeras nas portas dos laboratórios que têm equipamentos caros?”. **João Borghi:**
1380 “Professora, eu não estou entrando no mérito da discussão, eu estou cobrando que ela seja uma
1381 discussão democrática na comunidade da FFLCH. É bem simples. Estou chamando a atenção
1382 da maneira pela qual isso estava sendo encaminhado e a nossa reivindicação para isso, que
1383 inclusive foi discutida no CTA, seria que houvesse uma plenária unificada das três categorias
1384 para discutir este assunto”. **Diretora:** “Olha, eu vou dar uma informação para esta
1385 Congregação: em duas semanas desapareceram sete equipamentos. E três tentativas de
1386 arrombamento. Eu gostaria de perguntar à representação funcional se vocês assumem o
1387 desaparecimento”. Em aparte, **João Borghi:** “Isto é um desrespeito!”. **Diretora:** “É um
1388 desrespeito o desaparecimento de equipamentos de instituições públicas, em uma sociedade
1389 desigual e em uma faculdade combalida de orçamento; este é um desrespeito maior, o
1390 desrespeito com o patrimônio público, que uma sociedade de molambos sociais mantém.” **João**
1391 **Borghi:** “Professora, poderíamos entrar aqui no mérito se as câmeras de segurança realmente
1392 vão conter e sanar o problema de segurança na nossa Faculdade. Poderíamos entrar no mérito
1393 desta discussão e aprofundá-la, mas não é isso que eu estou propondo. Eu estou propondo que
1394 passemos esta discussão da maneira mais democrática – não que isso seja implementado da

A T A S

1395 maneira como esta direção está implementando”. **Direção:** “A direção está implementando a
1396 partir da decisão do CTA, que me foi passada pelo professor Paulo e pelos outros participantes
1397 do CTA, que era a seguinte: para tomar essa decisão vamos fazer um levantamento de custos. O
1398 levantamento de custos foi feito. Eu volto a apresentar a vocês os custos: R\$38.600,00 para
1399 todas as câmeras nas portas dos laboratórios e salas de equipamento e, para ampliar o quadro da
1400 segurança – a proposta dos estudantes e funcionários – ficaria em R\$281.870,40 por mês. A
1401 Faculdade não tem como contratar, ela não tem dinheiro para isso”. **ORDEM DO DIA 2.**
1402 **INGRESSO NO PROGRAMA DE PROFESSOR SÊNIOR** (votação aberta, em bloco, sem
1403 prejuízo de pedidos de destaque) - encaminhados ad referendum da Congregação. **2.1** -
1404 13.1.1024.8.0: A Professora Doutora MARILENA DE SOUZA CHAUI encaminha pedido de
1405 renovação de sua participação no Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de
1406 Filosofia. **2.2** - 13.1.1020.8.5: A Professora Doutora OLGARIA CHAIN FERES MATOS
1407 encaminha pedido de renovação de sua participação no Programa de Professor Sênior junto ao
1408 Departamento de Filosofia. **2.3** - 13.1.1697.8.5: A Professora Doutora SCARLETT
1409 ZERBETTO MARTON encaminha pedido de renovação de sua participação no Programa de
1410 Professor Sênior junto ao Departamento de Filosofia. **2.4** - 13.1.1696.8.9: O Professor Doutor
1411 RENATO JANINE RIBEIRO encaminha pedido de renovação de sua participação no
1412 Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de Filosofia. **2.5** - 15.1.734.8.6: O
1413 Professor Doutor LUIZ DAGOBERT DE AGUIRRA RONCARI encaminha pedido de
1414 renovação de sua participação no Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de
1415 Letras Clássicas e Vernáculas. **2.6** - A Professora Doutora BERTA WALDMAN encaminha
1416 pedido de renovação de sua participação no Programa de Professor Sênior junto ao
1417 Departamento de Letras Orientais (Proc. 11.1.1637.8.0). **2.7** - O Professor Doutor JOSÉ
1418 ARTHUR GIANNOTTI encaminha pedido de renovação de sua participação no Programa de
1419 Professor Sênior junto ao Departamento de Filosofia. - 13.1.2450.8.5 **2.8** - O Professor Doutor
1420 LEON KOSSOVITCH encaminha pedido de renovação de sua participação no Programa de
1421 Professor Sênior junto ao Departamento de Filosofia. - 13.1.1023.8.4 **2.9** - A Professora
1422 Doutora MARIA AUGUSTA BERNARDES FONSECA encaminha pedido de renovação de
1423 sua participação no Programa de Professor Sênior junto ao Departamento de Teoria Literária e
1424 Literatura Comparada. (Proc. 15.1.1650.8.0). Em votação em bloco, os itens acima foram
1425 **APROVADOS. 3. CONCURSO DOCENTE. 3.1** - CARGOS DE PROFESSOR TITULAR -
1426 pedidos de manutenção - votação aberta. O DLCV solicita MANUTENÇÃO de 01 cargo de
1427 TITULAR, vago em decorrência da aposentadoria do Prof. Dr. FRANCISCO MACIEL
1428 SILVEIRA. (Prot.17.5.476.8.6) - Parecerista: Prof. Dr. Leopoldo Waizbort. Em votação, o

A T A S

1429 item foi **APROVADO**. **4. CONCURSO DOCENTE. 4.1 - CONCURSO DE LIVRE**
1430 **DOCÊNCIA - MINUTA DO EDITAL - 2º SEMESTRE DE 2017 - votação aberta** Minuta do
1431 Edital de Abertura de inscrições para o concurso público de títulos e provas visando a obtenção
1432 do título de Livre-Docente para o 2º semestre de 2017 - Inscrições de 17 a 31/08/2017. Proc.
1433 11.1.3818.8.2. Em votação, o item foi **APROVADO**. **5. CONCURSO DOCENTE -**
1434 **PROGRAMAS DE LIVRE DOCENCIA - 2º SEMESTRE DE 2017 - votação aberta. 5.1 - O**
1435 **DH solicita INCLUSÃO** dos seguintes programas: área de Historia Moderna, disciplina de
1436 História Moderna (A) e área de História da América, disciplina: Historia .da América
1437 Independente (A). devidamente aprovado pelo CD em 15/05/2017. Historia Moderna,
1438 disciplina de História Moderna (A): 1. A Ideia de Idade Moderna; 2. O Humanismo entre
1439 História Sagrada e Filologia; 3. A Renovatio do Renascimento entre Circularidade e Ruptura;
1440 4. A Europa e os Novos Mundos; 5. O Processo Civilizador da Modernidade: da Doutrina ao
1441 Direito; 6. A Europa entre Cristandade Dividida e Liberdade Religiosa; 7. Formação do Estado
1442 Moderno; 8. As Reformas: da Religião ao Estado; 9. O Absolutismo: do rótulo póstumo ao
1443 debate historiográfico; 10. O Iluminismo: Razão contra Revelação; 11. A Revolução Francesa:
1444 causas e debate historiográfico. 12. A Revolução Científica: o livro da Natureza. 13. Século
1445 XVII: Idade Barroca - arte, razão do estado e fé na ciência. Área de História da América,
1446 disciplina de Historia da América Independente (A): 1. Invenção e reinvenções da ideia de
1447 América Latina nos séculos XIX e XX; 2. Independência na América Espanhola: história e
1448 historiografia; 3. Formação dos Estados nacionais na América Latina; 4. América Latina
1449 oitocentista: liberalismo e republicanismo; 5. O lugar dos indígenas nos projetos de nação; 6.
1450 Escravidão, resistência e abolição nas Américas; 7. Europa, Estados Unidos e América Latina:
1451 cultura imperial; 8. Modernismo e vanguardas artísticas na América Latina; 9. Populismo:
1452 processos históricos e debate historiográfico; 10. Revoluções no cenário latino-americano dos
1453 anos 1960 e 70; 11. Ditaduras e redemocratizações na América Latina (anoas 1960 a 90); 12.
1454 Política e gênero na América Latina: abordagem de gênero (séculos XIX e XX). **5.2 - O DF**
1455 **solicita ALTERAÇÃO** dos seguintes programas: área de Estética, área de Ética e Filosofia
1456 Política I, área de Ética e Filosofia Política II, área de História da Filosofia Contemporânea.
1457 devidamente aprovados no CD de 09/06/2017. Estética: 1. Modernidade artística; 2. Cultura e
1458 pós-modernidade; 3. Fim da arte; 4. Arte e cidade; 5. Estética e política; 6. Autonomia da arte;
1459 7. Arte Relacional; 8. A imagem na contemporaneidade; 9. Estética e pós-estruturalismo; 10.
1460 Novos museus; 11. Arte contemporânea brasileira. Ética e Filosofia Política I: 1. Constituição e
1461 'melhor regime' no pensamento político antigo; 2. As noções de 'povo' no pensamento político
1462 greco-romano; 3. Democracia e República entre os Antigos; 4. Anaciclose e regime misto em

A T A S

1463 Políbio; 5. O paradigma da 'constituição romana' na tradição republicana; 6. Os princípios da
 1464 ordem política no pensamento de Cícero; 7. Os princípios da ética ciceroniana; 8. Virtude
 1465 moral e virtude política; 9. O republicanismo renascentista; 10. Conflito civil e Liberdade no
 1466 pensamento de Maquiavel; 11. Claude Lefort: Os "Discursos sobre a primeira década de Tito
 1467 Lívio" e a "ideologia florentina". Ética e Filosofia Política II: 1. A democracia antiga e a
 1468 determinação do corpo político; 2. Maquiavel e a república romana; 3. A cidade livre e o papel
 1469 do conflito; 4. O poder do Um; 5. Revolução e liberdade; 6. O real, o imaginário e o simbólico;
 1470 7. A democracia e o lugar vazio do poder; 8. Maio de 68 e a instituição do espaço público; 9.
 1471 Diferença, vulnerabilidade social e desejo de liberdade; 10. Democracia, representação e luta
 1472 por direitos; 11. Filosofia e escrita democrática. História da Filosofia Contemporânea: 1. A
 1473 crise da razão; 2. A moral e sua crítica; 3. Teoria e prática; 4. Verdade e interpretação; 5. O
 1474 transcendental e seu destino; 6. Subjetividade e consciência; 7. Razão e vontade; 8. A crítica do
 1475 conhecimento; 9. Civilização e cultura; 10. Linguagem, metafísica e ontologia; 11. A filosofia e
 1476 seu discurso. **5.3** - O DA solicita ALTERAÇÃO do programa da área de Antropologia das
 1477 populações africanas e afro-brasileiras, devidamente aprovado pelo CD de 09/06/2017. Área
 1478 de Antropologia das Populações Africanas e Afro-brasileiras: 1. Colonização e descolonização
 1479 em África; 2. Estudos na África Austral; 3. Etnologia africana; 4. Estudos raciais e suas
 1480 interfaces: gênero, sexualidade, região, classe, religião e geração; 5. Os estudos afro-brasileiros
 1481 e a formação da antropologia social no Brasil; 6. Raça, sexualidade e identidade nacional em
 1482 perspectiva comparada; 7. Religião e relações raciais no Brasil; 8. Populações africanas e afro-
 1483 americanas na perspectiva dos estudos transatlânticos; 9. Conflitos, rituais de rebelião e guerra;
 1484 10. políticas públicas, direitos, patrimônio e memória. Em votação, os itens acima foram
 1485 **APROVADOS. 6. CONCURSO DOCENTE - PRORROGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DE**
 1486 **EDITAL - CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS - (votação aberta) -**
 1487 **encaminhados ad referendum. 6.1** - 17.1.1171.8.7: O DL solicita prorrogação, a contar de 03 de
 1488 junho de 2017, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, as inscrições ao concurso público para
 1489 provimento de 01 cargo de Professor Doutor, em RDIDP, ref. MS-3, área de Descrição de
 1490 Línguas Africanas - Edital FFLCH/FLL nº 015/2017 de 29/04/2017. **6.2** - 17.1.898.8.0: O DS
 1491 solicita prorrogação, a contar de 03 de junho de 2017, pelo prazo de 20 (vinte) dias, as
 1492 inscrições ao concurso público para provimento de 01 cargo de Professor Doutor, em RDIDP,
 1493 ref. MS-3, área de Sociologia da Violência e pelo prazo de 20 (vinte) dias, a contar de 23 de
 1494 junho de 2017. Edital FFLCH/FLS/n.º 012/2017 de 29/04/2017. **6.3** - O DS solicita
 1495 prorrogação, a contar de 03 de junho de 2017, pelo prazo de 20 (vinte) dias, as inscrições ao
 1496 concurso público para provimento de 01 cargo de Professor Doutor, em RDIDP, ref. MS-3,

A T A S

1497 área de Métodos e técnicas de Pesquisa - Edital FFLCH/FLS/n.º 013/2017 de 29/04/2017 -
 1498 17.1.897.8.4. **6.4** - O DLM solicita prorrogação, a contar de 03 de junho de 2017, pelo prazo
 1499 de 60 (sessenta) dias, as inscrições ao concurso público para provimento de 02 cargos de
 1500 Professor Doutor, em RDIDP, ref. MS-3, área e Estudos Linguísticos e Literários em Inglês,
 1501 disciplina de Língua Inglesa - Edital FFLCH/FLM/n.º 016/2017 de 29/04/2017 - 17.1.899.8.7.
 1502 **6.5** - 17.1.1288.8.1: O DCP solicita prorrogação, a contar de 06 de junho de 2017, pelo prazo
 1503 de 30 (trinta) dias, as inscrições ao concurso público para provimento de um cargo de Professor
 1504 Doutor, em RDIDP, ref. MS-3, disciplina de Democracia, Políticas Públicas e Desigualdades -
 1505 Edital FFLCH/FLP n.º 017/2017 de 04/05/2017. Em votação, os itens foram APROVADOS,
 1506 portanto, as solicitações **REFERENDADAS**. **7. CONCURSO DOCENTE - ABERTURA**
 1507 **EDITAL - votação aberta. 7.1 - DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS.**
 1508 Proc.17.1.2331.8.8. Área de Língua, Literatura e Cultura Italiana, Disciplina: Literatura Italiana
 1509 CARGO: 01, RDIDP, MS-6 - TITULAR - n.º 266.361 - cargo mantido em decorrência da
 1510 aposentadoria do Prof. Dr. Gilberto Pinheiro Passos. Programa: 1.Percursos literários
 1511 Itália/Brasil; 2. As origens da literatura italiana e a obra de Dante; 3. Petrarca e Boccaccio na
 1512 literatura do século XIV; 4. Escritores do Humanismo e do Renascimento: Machiavelli,
 1513 Ariosto, Tasso; 5. Romantismo e pré-romantismo; 6. O realismo na literatura italiana; 07. A
 1514 poesia do século XX: de Pascoli aos contemporâneos; 8. Ungaretti no Brasil; 9. Prosa e teatro
 1515 do século XX: de Pirandello a Calvino; 10. A literatura italiana traduzida no Brasil. Em
 1516 votação, o item foi **APROVADO**. **8. CONCURSO DOCENTE - EXAME FORMAL DA**
 1517 **DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELOS CANDIDATOS NO ATO DA INSCRIÇÃO -**
 1518 **ACEITAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO.** Procl: 17.1.1560.8.3 (votação
 1519 aberta) - **CONCURSO LIVRE-DOCÊNCIA - RELATOR DA CONGREGAÇÃO:** Prof. Dr.
 1520 Leopoldo Garcia Pinto Waizbort - **PARECERES FAVORÁVEIS ÀS INSCRIÇÕES ABAIXO:**
 1521 **8.1 - ACEITAÇÃO DE INSCRIÇÃO - CANDIDATA INSCRITA: MÁRCIA MARIA DE**
 1522 **ARRUDA FRANCO - DLCV - EDITAL FFLCH N.º 001/2017, DE 18/02/2017 - ÁREA DE**
 1523 **LITERATURA PORTUGUESA, OPÇÃO 7 - LITERATURA PORTUGUESA: GÊNEROS E**
 1524 **TEMAS. 8.2 - ACEITAÇÃO DE INSCRIÇÃO - CANDIDATO INSCRITO: EDUARDO**
 1525 **VIEIRA MARTINS - DTLLC - EDITAL FFLCH N.º 001/2017, DE 18/02/2017 - ÁREA DE**
 1526 **TEORIA LITERÁRIA (H). 8.3 - ACEITAÇÃO DE INSCRIÇÃO - CANDIDATA INSCRITA:**
 1527 **LAURA JANINA HOSIASSON - DLM - EDITAL FFLCH N.º 001/2017, DE 18/02/2017 -**
 1528 **DISCIPLINA DE LITERATURA HISPANO-AMERICANA: POÉTICAS E PRÁTICAS -**
 1529 **CONCURSO DOUTOR - RELATOR DA CONGREGAÇÃO - Prof. Dr. Yuri Tavares Rocha -**
 1530 **Parecer FAVORÁVEL à inscrição abaixo: 8.4 - ACEITAÇÃO DE INSCRIÇÃO -**

A T A S

1531 CANDIDATA INSCRITA: Yun Jung Im Park - - DLO - área de Língua e Literatura Coreana,
 1532 disciplina de Língua, Literatura e Cultura Coreana, EDITAL FFLCH/FLO N° 014/2017, DE
 1533 29/04/2017. Em votação, os itens foram aprovados, portanto as inscrições foram **ACEITAS. 9.**
 1534 **CONCURSO DOCENTE - COMISSÃO JULGADORA - LIVRE DOCÊNCIA -**
 1535 **(VOTAÇÃO SISTEMA). 9.1 - DEPARTAMENTO DE LETRAS CLASSICAS E**
 1536 **VERNÁCULAS - INSCRIÇÃO NO CONCURSO: ÁREA DE LITERATURA**
 1537 **PORTUGUESA, OPÇÃO 7 - LITERATURA PORTUGUESA: GÊNEROS E TEMAS**
 1538 **COMISSÃO JULGADORA - NOMES DOS DOCENTES SUGERIDOS PELO DLCV PARA**
 1539 **COMPOR A COMISSÃO: titulares: Profs. Drs. João Adolfo Hansen (DLCV-FFLCH, Titular),**
 1540 **Vagner Camilo (DLCV-FFLCH, Livre docente), Maria Flora Sússekind (FRCB, titular), Pedro**
 1541 **Emanuel Rosa Grincho Serra (USAL-Espanha, Titular) e Marcello Moreira (UESB, Titular).**
 1542 **Suplentes: Profs. Drs. Maria Augusta da Costa Vieira (DLM-FFLCH, titular), Jorge Fernandes**
 1543 **da Silveira (UFRJ, Titular), João Luís da Costa Campos Vieira Lisboa (UNL, Portugal,**
 1544 **Titular), Ida Maria Santos Ferreira Alves (UFF, Titular) e Célia de Moraes Rego Pedrosa (UFF,**
 1545 **Titular). CANDIDATA INSCRITA: MÁRCIA MARIA ARRUDA FRANCO - Proc.**
 1546 **17.5.269.8.0. 9.2 - DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA**
 1547 **COMPARADA - INSCRIÇÃO NO CONCURSO: ÁREA DE TEORIA LITERÁRIA (H).**
 1548 **CANDIDATO INSCRITO: EDUARDO VIEIRA MARTINS - Proc. 17.5.272.8.1.**
 1549 **COMISSÃO JULGADORA - NOME DOS DOCENTES SUGERIDOS PELO DTLLC PARA**
 1550 **COMPOR A COMISSÃO: Titulares: Profs. Drs. Sandra Margarida Nitri (DTLLC-FFLCH,**
 1551 **Titular), Valéria de Marco (DLM-FFLCH, Titular), Maria Helena de Araújo Carreira (Paris 8,**
 1552 **Titular), Roberto Acízelo Quelha de Souza (UERJ, Titular), Marcia Azevedo de Abreu**
 1553 **(UNICAMP, Livre-docente). Suplentes: Profs. Drs. Cleusa Rios Pinheiro Passos (DTLLC -**
 1554 **FFLCH, Titular), Marcus Mazzari (DTLLC-FFLCH, Livre-Docente), Paulo Fernando da Motta**
 1555 **Oliveira (DLCV-FFLCH, Titular), Isabel Idelzuite Lustosa da Costa (Fundação Casa de Rui**
 1556 **Barbosa, Titular), Rodolfo Ilari (UNICAMP, Titular) e Miriam Viviana Gárate (UNICAMP,**
 1557 **Livre Docente). 9.3 - DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS - INSCRIÇÃO NO**
 1558 **CONCURSO: DISCIPLINA LITERATURA HISPANO-AMERICANA: POÉTICAS E**
 1559 **PRÁTICAS. CANDIDATA INSCRITA: LAURA JANINA HOSIASSON - Proc. 17.5.271.8.5.**
 1560 **COMISSÃO JULGADORA - NOMES DOS DOCENTES SUGERIDOS PELO DLM PARA**
 1561 **COMPOR A COMISSÃO: Titulares: Profs. Drs. Maria Augusta da Costa Vieira (DLM-**
 1562 **FFLCH, Titular), Gabriela Pellegrino Soares (DH-FFLCH, Livre-Docente), Francisco Foot**
 1563 **Hardman (UNICAMP, Titular), Adriana Rodríguez Pérsico (Univ-B. A.- Argentina, Titular) e**
 1564 **Grinor Rojo (Univ. de Chile, Titular). Suplentes: Valeria De Marco (DLM-FFLCH, Titular),**

A T A S

1565 Julio Pimentel (DH-FFLCH, Livre-Docente), Miriam Viviana Gárate (UNICAMP, Livre-
1566 Docente), Berthold Karl Zilly (UFSC, Titular) e Silvia Inés Cárcamo Arcuri (UFRJ, Titular).
1567 Votação no sistema. 10. CONCURSO DOCENTE - COMISSÃO JULGADORA - DOUTOR
1568 - (VOTAÇÃO SISTEMA). 10.1 - DEPARTAMENTO DE LETRAS ORIENTAIS -
1569 INSCRIÇÃO NO CONCURSO: ÁREA DE LÍNGUA E LITERATURA COREANA,
1570 DISCIPLINAS DE LÍNGUA, LITERATURA E CULTURA COREANA (Proc. 14.1.269.8.0).
1571 CANDIDATA INSCRITA: YUN JUNG IM PARK. COMISSÃO JULGADORA - NOMES
1572 DOS DOCENTES SUGERIDOS PELO DLO PARA COMPOR A COMISSÃO: titulares:
1573 Profs. Drs. Shirlei Lica Ichisato Hashimoto (DLO-FFLCH, Doutora), Chen Tsung Jye (DLO-
1574 FFLCH, Livre-Docente), Jung Mo Sung (Univ. Metodista, Doutor), Gilmar Masiero (FEA-
1575 USP, Livre-docente), Alexandre Ratsuo Uehara (FIRB, Doutor). Suplente: Sylvio Roque de
1576 Guimarães Horta (DLO-FFLCH, Doutor), Shu Changsheng (DLO-FFLCH, Doutor), Song Won
1577 Park (EPUSP, Doutor), Cesar Alexandre de Souza (FEA-USP, Doutor) e Henrique Altemani de
1578 Oliveira (PUC-SP, Doutor). Votação no sistema. 11. CONCURSO DOCENTE - LIVRE-
1579 DOCÊNCIA - RELATORIO FINAL (votação aberta). Procl: 17.5.273.8.8 11.1 -
1580 DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - CONCURSO LIVRE DOCÊNCIA. DISCIPLINA:
1581 TEORIA DA HISTÓRIA B - Edital FFLCH Nº 001/2017 de 18/02/2017. CANDIDATO
1582 APROVADO E INDICADO: Jorge Luis da Silva Grespan. REALIZAÇÃO DO CONCURSO -
1583 31 de maio a 02 de junho de 2017. 17.5.273.8.8: PROTOCOLADO. 11.2 - DEPARTAMENTO
1584 DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS - CONCURSO LIVRE DOCENCIA. ÁREA:
1585 LÍNGUA E LITERATURA LATINA. DISCIPLINA: LITERATURA LATINA.
1586 CANDIDATO: Marcos Martinho dos Santos. REALIZAÇÃO DO CONCURSO - 19 a 21 de
1587 junho de 2017. 17.5.268.8.4: PROTOCOLADO. Em votação, os itens foram **APROVADOS.**
1588 **12. PROGRAMA ANO SABÁTICO DO IEA - votação aberta. 12.1 - O DF encaminha**
1589 **solicitação do Prof. Dr. HOMERO SILVEIRA SANTIAGO para participar da inscrição para o**
1590 **Programa Ano Sabático do IEA, conforme projeto de pesquisa anexo (Proc. 16.1.2681.8.8). .**
1591 **12.2 - O DF encaminha solicitação do Prof. Dr. JOÃO VIRGÍLIO GALLERANI CUTER para**
1592 **participar da inscrição para o Programa Ano Sabático do IEA, conforme projeto de pesquisa**
1593 **anexo (Proc. 16.1.2681.8.8). 12.3 - O DH encaminha solicitação da Profa. Dra. MARIA**
1594 **HELENA PEREIRA TOLEDO MACHADO para participar da inscrição para o Programa Ano**
1595 **Sabático do IEA, conforme projeto de pesquisa anexo. (Proc. 16.1.2681.8.8). 12.4 - O DG**
1596 **encaminha solicitação da Profa. Dra. MARIA ELIZA MIRANDA para participar da inscrição**
1597 **para o Programa Ano Sabático do IEA, conforme projeto de pesquisa anexo.**
1598 **(Proc.16.1.2681.8.8). Em votação, os itens foram **APROVADOS. 13. RECONHECIMENTO****

A T A S

1599 **INSTITUCIONAL** - votação aberta. **13.1** - O Centro de Línguas da Faculdade solicita
1600 reconhecimento institucional da publicação "Cadernos do Centro Interdepartamental de
1601 Línguas" (Proc.17.1.2292.8.2). **13.2** - O DLM solicita reconhecimento institucional da revista
1602 "La Junta". (Proc. 17.1.2432.8.9). Em votação, os itens foram **APROVADOS**. **Diretora**: “Eu
1603 queria dizer para vocês uma outra coisa aqui: os seis eméritos na fila foram aprovados”.
1604 (*aplausos*). **EXPEDIENTE. EXPEDIENTE DA REPRESENTAÇÃO DA**
1605 **CONGREGAÇÃO JUNTO AO CONSELHO UNIVERSITÁRIO: Prof. André Singer**:
1606 “Muito rapidamente, gostaria de informar que no último Conselho Universitário foi votada a
1607 proposta de reajuste zero, e como o assunto não tinha passado por esta Congregação, eu me vi
1608 na condição de ter que votar por mim mesmo. Mas gostaria de informar que votei contra o
1609 reajuste zero, fazendo uma proposta alternativa – que também foi fruto das conversas naquele
1610 momento com alguns conselheiros – de que a USP pelo menos estudasse a possibilidade de
1611 fazer reajustes para as categorias de base, tanto de funcionários quanto de professores, de
1612 alguma forma, para melhorar a condição de arrocho salarial, que vem se dando já desde o ano
1613 passado, quando nós tivemos uma perda de cerca de 3% a 4% com relação à inflação, e que
1614 agora, possivelmente, se acumule com outra perda. E, além disso, fiz a proposta também de que
1615 a USP estudasse a possibilidade de alterar essa política de não dar nenhum reajuste, se
1616 houvesse um aumento de arrecadação ao longo do ano. Por fim, gostaria de informar que,
1617 surpreendentemente, as duas propostas foram encampadas pelo reitor e, portanto, foram
1618 vitoriosas no Conselho Universitário, de forma que haverá um compromisso da Universidade
1619 de estudar estas propostas”. **Diretora**: “Muito obrigada, professor André. Há um grupo no
1620 Conselho Universitário que está articulando posições muito bem definidas no conselho, o
1621 professor André é uma figura central nisso e isso tem sido muito interessante na dinâmica do
1622 Conselho Universitário.”. **EXPEDIENTE DA COMISSÃO DE GRADUAÇÃO: Profa.**
1623 **Mona Mohamad**: “Boa tarde. Gostaria de informar sobre o terceiro congresso de graduação da
1624 USP, que vai acontecer entre os dias 04 e 06 de julho. Foi feita uma reunião da CoG no dia 08
1625 de junho relativa ao mês de maio, a de junho irá acontecer semana que vem, e dentre essa
1626 questão da discussão sobre as escolas públicas, o CoG está criando o programa ‘Vem pra USP’,
1627 que é a valorização dos alunos da escola pública. Dentro desse programa há uma competição de
1628 conhecimentos chamada ‘Cuco’, em parceria da USP com a Secretaria da Educação, com o
1629 intuito principal de valorizar os alunos do ensino médio. Adiante mais detalhes serão passados.
1630 No dia 14 de junho fomos a uma reunião sobre as licenciaturas, na educação, e há uma grande
1631 discussão sobre a questão da licenciatura, e principalmente sobre a resolução 111 de 2012. Nós
1632 precisamos de uma posição da FFLCH sobre esta questão, e o prazo que a Secretaria da

A T A S

1633 Educação está colocando para a USP como um todo é de agosto de 2017. É um prazo muito
1634 apertado, nos reconhecimentos de curso esse prazo é mais esticado, e a comissão da
1635 Congregação vai fazer uma reunião extraordinária para discutir esse posicionamento, essa data,
1636 e criar um documento realmente pedindo uma prorrogação de prazo, em concordância com as
1637 demais Congregações. Obrigada”. **EXPEDIENTE DA COMISSÃO DE PÓS-**
1638 **GRADUAÇÃO: Prof. Edélcio Gonçalves de Souza**: “Também serei rápido. O conselho de
1639 pós-graduação está disparando um processo para nós confeccionarmos um plano quadrienal de
1640 metas para todos os programas de pós-graduação da Universidade. Isso foi disparado na última
1641 reunião do conselho de pós-graduação e, junto com esse processo, vem um calendário bastante
1642 difícil de ser cumprido, que os programas terão que cumprir, as coordenações de programas e a
1643 CPG também. De forma que, na última reunião da comissão de pós-graduação, os professores
1644 reclamaram muito do calendário. Então o que a comissão de pós-graduação fez foi a redação de
1645 uma carta para a pró-reitoria, pedindo esclarecimentos sobre este processo, e pedindo que a
1646 reitoria se pronunciasse quanto as questões que estávamos levantando. Eu mandei a carta e
1647 ontem fui participar da reunião da câmara curricular, a qual o professor Carlotti, que é o pró-
1648 reitor da pós-graduação, preside e, ao final da reunião, eu conversei com ele sobre a carta e ele
1649 se comprometeu a responder e vir à Faculdade fazer uma reunião com os professores para
1650 esclarecer pessoalmente todas as dúvidas. Então, eu estou para marcar esta reunião”. **Prof. Luís**
1651 **César Oliva**: “Edélcio, isso é referente àquele *email* que vários de nós recebemos com o
1652 assunto análise qualitativa? Eu não entendi exatamente.”. **Edélcio Gonçalves de Souza**: “Isso,
1653 exatamente. Cada programa de pós-graduação terá que disparar um processo que começa com
1654 cada orientador preenchendo um pequeno cadastro do IA-USP pós-graduação, etc. Aí o
1655 coordenador tem um prazo para fazer isso, um prazo para fazer cada coisa. É um processo em
1656 que haverá, primeiro, uma avaliação do quadriênio que passou, e a partir disso uma prospecção
1657 do plano de metas do próximo quadriênio. Então tem exatamente a ver com esse *email*. No
1658 final do *email* tem essa programação, essas datas todas, que a comissão de pós-graduação
1659 julgou excessivas. Logo, o pró-reitor se dispôs a vir conversar aqui na faculdade.”. **Prof. Jorge**
1660 **Mattos Brito**: “Deixa só eu entender bem, então: nós temos a CPA, que nos pede metas para os
1661 próximos cinco anos; nós temos a comissão de graduação, que está nos pedindo metas para os
1662 próximos cinco anos; nós temos a pró-reitoria de pós-graduação que nos pede metas para os
1663 próximos quatro anos... Daqui a pouco nós vamos gastar 100% do nosso tempo preenchendo
1664 relatórios e fazendo metas.”. **Edelcio Gonçalves de Souza**: “Jorge, isso que você está dizendo
1665 foi na carta.”. **Jorge Mattos Brito**: “Obrigado, parabéns ao Edélcio por ter levantado essa
1666 questão.”. **EXPEDIENTE DA COMISSÃO DE CULTURA E EXTENSÃO**

A T A S

1667 **UNIVERSITÁRIA: Prof. Andreas Attila Miklos**: “Boa tarde. Eu estou inaugurando na
1668 comissão de cultura e extensão, então pretendo vestir a camisa. Eu só quero relembrar às
1669 professoras e professores do convite para participar da Feira USP Profissões, que transcorrerá
1670 em 24, 25 e 26 de agosto; participem todos. A Faculdade teve uma participação muito fraca ano
1671 passado e eu, buscando diagnósticos para tal, percebo que ocorreu aqui hoje algo histórico
1672 internacionalmente. Vocês chamaram de ações afirmativas né, da firma, da chancela, eu diria
1673 que o que se estabeleceu aqui foi sobre o querer humano e o polar, que transcorre hoje no
1674 planeta, em termos de natureza, sociais, onde se incide a exacerbação do auto interesse, das
1675 ambições pessoais; eu diria que a ação de hoje foi de solidariedade no âmbito do querer
1676 humano. Eu fiquei muito impressionado, foi a primeira vez que participei de uma Congregação,
1677 e eu fiquei muito feliz de ter podido participar aqui com vocês. Mas voltando, não se esqueçam
1678 de participar da Feira USP de Profissões, onde se permite o encontro desses jovens - no terceiro
1679 septênio, de 14 a 21 anos – que buscam uma verdade, e por isso é importante a Faculdade de
1680 Filosofia, Letras e Ciências Humanas levar o seu conjunto de formação nessa feira. Obrigado.”.

1681 **Diretora**: “Professor, essa feira cresceu no período em que eu era pró-reitora de cultura e
1682 extensão, e é claro que foi um trabalho notável do corpo da pró-reitoria, a Juliana tomou a
1683 frente na feira, que virou um evento importante para a escola pública, e ela é mais uma dessas
1684 expressões disso que você está chamando de solidariedade. Eu faço questão que a Faculdade
1685 tenha uma grande participação, visível e importante na feira, e essa diretoria dará todo o apoio
1686 para tal. Por favor, organize. Muito obrigada.”. **EXPEDIENTE DOS FUNCIONÁRIOS:**

1687 **Patrícia Sayuri Galvão**: “Boa tarde. Primeiro, eu queria colocar aqui que nós, como
1688 representantes dos funcionários, trazemos aqui questões que são discutidas entre a nossa
1689 categoria, e colocadas aqui pela obrigação que nós temos com nossos representados. Então,
1690 nesse sentido, é importante lembrar que mesmo que a discussão possa não parecer importante
1691 para alguns membros, é necessária que ela seja feita, no momento em que uma parte importante
1692 da nossa Faculdade reivindica essa discussão. Um segundo ponto que queremos colocar aqui é
1693 que essa semana começou a implementação do ponto eletrônico na nossa Faculdade e em
1694 diversas unidades da USP também. Essa implementação não está acontecendo sem problemas,
1695 ela está gerando uma série de desgastes que o próprio sistema – que é bastante ineficiente
1696 por parte da reitoria e que não prevê uma série de rotinas da unidade uma série de exceções que
1697 fazem parte da Faculdade – está gerando, problemas em várias unidades - e na nossa não é
1698 diferente - em relação aos horários e compensações. Mesmo internamente precisamos também
1699 acertar com a Unidade, que é muito grande e tem vários prédios, horários de funcionamento de
1700 cada prédio, e horários que os funcionários têm para fazer as suas compensações e manter seu

A T A S

1701 horário de expediente. Assim como também temos, por conta dos PIDVs e do desmonte da
1702 Universidade, vários problemas em várias seções, inclusive sobrecargas de trabalho; esses são
1703 temas que temos levado para serem tratados na CTAT, que é presidida pelo professor Ruy
1704 Braga, e que acreditamos, ou pelo menos esperamos, que possam ser resolvidas no diálogo.
1705 Então, é só para colocar, mais uma vez, de onde partimos e qual é a situação que nós, como
1706 funcionários, estamos vivenciando aqui na faculdade.”. **EXPEDIENTE DA**
1707 **REPRESENTAÇÃO DISCENTE: Guilherme Akira Nishio**: “Boa noite, a representação
1708 discente queria fazer o pedido de divulgação da deliberação de hoje, sobre os encaminhamentos
1709 para o Conselho de Graduação e para o Conselho Universitário. E solicitar também a
1710 divulgação de um documento que a representação discente enviou, de um pedido de inclusão de
1711 pauta para esta Congregação de hoje – que não foi colocada. O pedido estava encaminhado em
1712 anexo, um projeto de cotas raciais, que foi elaborado pelo ‘Núcleo de Consciência Negra’, pelo
1713 coletivo ‘Por que a USP não tem cotas?’, pelo Levante Dina e o Diretório Central dos
1714 Estudantes. O nosso intuito com isso era o de divulgar para os membros da comunicação, para
1715 que fosse apreciado antes da reunião. Devido ao não atendimento do nosso pedido, pedimos
1716 que esse documento seja também divulgado para a comunidade da FFLCH, tanto professores
1717 quanto funcionários e estudantes. O documento em *PDF* nós podemos reencaminhar para a
1718 direção, para que seja divulgado. A outra coisa é que nós queríamos que fosse enviado para nós
1719 o regimento da Congregação, porque nós procuramos e não conseguimos achar exatamente
1720 como faz o pedido de inclusão de pautas, quem pode incluir pautas, porque nós tivemos a
1721 compreensão de que a representação discente também poderia incluir pautas.”. **Diretora**: “Está
1722 *online*, viu?”. **Guilherme Akira Nishio**: “Sim, está *online*, mas procuramos e não conseguimos
1723 achar no regimento da Unidade algo que dissesse que a representação discente não poderia
1724 enviar pautas para a Congregação.”. **Diretora**: “Mas claro que pode. A Rosângela vai explicar
1725 o que aconteceu. Foi fora do prazo, e, na hora em que a Rosângela me mostrou, eu argumentei
1726 de que essa era a proposta do pró-reitor, e eu não poderia levar a proposta do pró-reitor para ser
1727 votada. Era assim que estava, uma resolução que vinha da pró-reitoria. Quer dizer, o pró-reitor
1728 vai votar no conselho dele. Era assim que estava encaminhado. E há um prazo regulamentar,
1729 tá? É isso.”. **Guilherme Akira Nishio**: “Então, só para esclarecer, nós podemos fazer o pedido,
1730 mas fica a cargo da direção aceitar a pauta ou não?”. **Diretora**: “É claro que sim. Normalmente
1731 a diretoria não põe em votação propostas que não sejam as que brotem da Unidade, do corpo. E
1732 a proposta vinha como proposta do pró-reitor e de grupos que não fazem parte da Unidade. E,
1733 também, chegou em um prazo posterior.”. **Guilherme Akira Nishio**: “O prazo é uma semana,
1734 não é? Eu mandei na quarta feira às 17h30, então poderia ser incluída.”. **Diretora**: “É, 17h30, e

A T A S

1735 já era feriado. E eu já tinha discutido e montado a pauta. Tem mais alguma coisa?”. **Thaís**
1736 **Bueno – representante discente Geografia:** “Há alguma previsão da homologação dos
1737 representantes discentes?”. **Rosângela Vicente:** “Graças ao Guilherme, que ontem veio me
1738 ajudar a ver o pedido, o processo foi enviado hoje para a reitoria. Então será analisado pela
1739 Procuradoria Geral e nós aguardamos o retorno. Eu espero muitíssimo que tenhamos o retorno
1740 com tudo ok, porque respondemos a todas as questões, e conseguimos dar o início da gestão de
1741 todos os conselhos que fizemos a eleição a partir de julho, ou seja, na Congregação de agosto,
1742 todos vocês eleitos estarão regularmente em condições de votar e participar, sem ficar
1743 solicitando autorização para participação... Ok?”. **Sra. Thaís Bueno:** “Ok, obrigado.”.
1744 **Diretora:** “Olha, eu reputo essa Congregação como a Congregação histórica, que enfrentou um
1745 tema fundamental e construiu uma diretriz civilizatória, e uma ação pública importante.
1746 Lamento que ela esteja tão vazia e que, por vezes, tenha se perdido em coisas que não são tão
1747 importantes. Mas foi uma Congregação histórica, um exemplo da Faculdade de Filosofia.
1748 Muito obrigada a todos.”. À fala segue uma salva de palmas. Ninguém mais desejando fazer o
1749 uso da palavra, a Senhora Presidente encerrou a sessão. E, para constar, eu, Rosângela Duarte
1750 Vicente, assistente técnica de direção para assuntos acadêmicos, redigi a presente ata que
1751 assino juntamente com a Senhora Presidente. São Paulo, 22 de junho de 2017.